



**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA  
ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA — REALIZADA EM  
6 DE MARÇO DE 1975 (Quinta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio, secretariada pelos Senhores Deputados Aguinaldo Pereira Lima e Maurício Fruet.

À Hora Regimental e registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Luiz Gabriel Sampaio, José Antonio Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Lúcio Machado, Dácio Leonel, David Federmann, Deny Lineu Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar Barbosa, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Accioly Neto, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Sioni Neto, José Domingos Scarpellini, Muggiati Filho, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Oswaldo Macedo, Otássio Pereira da Silva, Quiélse Crisostomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos de Oliveira, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

**OFÍCIOS:**

Sob os nºs 323, 324, 325, 326, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 344, 346/74 e 1, 2, 3, 4 e 5/75, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

68/74: Oriundo de mensagem Governamental sob o nº 26/74, que objetiva doar ao Município de Santo Antonio do Sudoeste, o lote do terreno sob nº 4 — B, com 1.290,00 m<sup>2</sup>, da Planta Geral da sede do referido Município, o qual convertido em Lei tomou o nº 6643. — Agradeça-se.

128/74: Do Senhor Deputado JORGE SATO, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores "PROFESSORA EUNICE MARIA BONI", do Colégio Estadual Governador Paulo Pimentel, da cidade de Mandaguaçu, o qual convertido em Lei tomou o nº 6644. — Agradeça-se.

276/73: O Senhor Ex-Deputado IGO IWANT LOSSO, que declara de utilidade pública o "Centro Evangélico de Curitiba", com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 6645. — Agradeça-se.

155/74: Oriundo de Mensagem Governamental sob o nº 58/74, que objetiva criar na Procuradoria Geral da Justiça, como integrantes da carreira do Ministério Público, 3 cargos de Curador da Fazenda Pública e 1 Cargo de Curador de Órfãos, Ausentes, Interditos e Provedoria, todos de Entrância final, o qual convertido em Lei tomou o nº 6646. — Agradeça-se.

80/74: Do Senhor Ex-Deputado BORSARI NETO, que dá nova redação ao Art. 1º da Lei nº 6544 de 22 de maio de 1974, o qual convertido em Lei tomou o nº 6649. — Agradeça-se.

259/73: Dos Senhores Ex-Deputados ANTONIO LOPES JUNIOR e IGO IWANT LOSSO, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Desembargador LUIZ SILVA E ALBUQUER-

QUE, o qual convertido em Lei tomou o nº 6651. — Agradeça-se.  
108/74: Do Senhor Deputado JORGE SATO, que declara de utilidade pública a Associação de Incentivo ao Desenvolvimento Social da Comunidade de Maringá, com sede e foro na cidade de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 6648. — Agradeça-se.

93/74: Do Senhor Deputado FABIANO BRAGA CORTES, que declara de utilidade pública, a Beneficência Assistencial Espírita com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 6647. — Agradeça-se.

21/74: Do Senhor Ex-Deputado IGO IWANT LOSSO, que concede Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Ministro Mozart Victor Russomano, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, o qual convertido em Lei tomou o nº 6653. — Agradeça-se.

99/74: Do Senhor Deputado MAURÍCIO FRUET, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná a "HELENE GARFUNKEL", o qual convertido em Lei tomou o nº 6650. — Agradeça-se.

101/74: Do Senhor Deputado MAURÍCIO FRUET, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná a Paulo Garfunkel, o qual convertido em Lei tomou o nº 6652. — Agradeça-se.

44/74: Do Senhor Deputado GABRIEL MANOEL, que doa ao Município de Japira, trator Marca John Deere, dado em comodato pela Secretaria da Agricultura ao referido Município, o qual convertido em Lei tomou o nº 6655. — Agradeça-se.

106/74: Do Senhor Deputado MAURÍCIO FRUET, que declara de utilidade pública a Sociedade Auxiliadora dos Senhores da Santa Igreja Presbiteriana Independente de Curitiba, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 6654. — Agradeça-se.

92/74: Do Senhor Deputado FABIANO BRAGA CORTES, que doa a Prefeitura Municipal de Colombo, 10 Destocadores Modelo 6º — DET e 2 Guindastes Hister, números Séries e Lotes que especifica, pertencentes a Secretaria de Agricultura, o qual convertido em Lei tomou o nº 6656. — Agradeça-se.

67/74: Do Senhor Ex-Deputado JOÃO MANSUR, que doa ao Município de Matelândia, Lotes Urbanos da Quadra 81, 67 e 68 destinados à construção de prédios para Agência de Rendas, Delegacia e Cadeia Pública respectivamente, e dá outras providências o qual convertido em Lei tomou o nº 6658. — Agradeça-se.

126/74: Do Senhor Ex-Deputado ERONDY SILVERIO, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao ex-Governador do Estado, Dr. Paulo Cruz Pimentel, o qual convertido em Lei tomou o nº 126/74. — Agradeça-se.

84/74: Do Senhor Ex-Deputado ANTONIO LOPES JUNIOR, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Cel. Washington Manoel Vijando de Souza Bermudes, o qual convertido em Lei tomou o nº 6660. — Agradeça-se.

130/74: Oriundo de Mensagem Governamental sob o nº 51/74, que encaminha Anteprojeto de Lei Complementar que dispõe sobre o "Código Sanitário", o qual convertido em Lei tomou o nº 6661. — Agradeça-se.

Sob o nº 333/74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº

98/74: Do Senhor Ex-Deputado BORSARI NETO, no que diz que a Secretaria de Viação e Obras Públicas fica autorizada a executar pelo seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, reparos de pequena monta, em casos considerados como de emergência nos estabelecimentos e instituições particulares de amparo à infância, maternidade, velhice e invalidez, tendo o veto parcial

aposto incedido sobre as expressões "3.1.3.0.06", constantes do § 2º do Artigo 1º. — A C.C.J.

Sob os nºs 317 a 322/74, 327 a 331/74, 341 a 343/74 e 2 e 7/75, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **VETADO INTEGRALMENTE** os Projetos de Lei nºs:

280/73: Do Senhor Ex-Deputado EMILIO ACRAZZAI, que visa elevar para 6 (seis) salários mínimos da região de Curitiba a pensão mensal concedida à Senhora SYLVIA BRAGA MUNHOZ DA ROCHA, viúva do ex-Governador do Estado, Dr. CAETANO MUNHOZ DA ROCHA. — A C.C.J.

145/73: Do Senhor Ex-Deputado JOÃO CALIL FADEL, que visa transferir para a Jurisdição do Departamento de Estradas de Rodagem, a Rodovia Intermunicipal que liga os Municípios de Rio Negro, Lapa e Antonio Olinto, neste Estado, para fins de implantação de revestimento, conservação e manutenção. — A C.C.J.

39/74: Do Senhor Ex-Deputado ARIZONE ARAUJO, que visa a construção através da Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, de um prédio destinado ao funcionamento da Escola de Comércio de Francisco Beltrão, na sede do Município do mesmo nome. — A C.C.J.

54/74: Do Senhor Ex-Deputado ARTHUR DE SOUZA, que visa conceder uma pensão mensal no valor de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), ao Sr. Otávio Moreira da Silva. — A C.C.J.

71/74: Do Senhor Ex-Deputado ERONDY SILVERIO, que visa elevar para Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), a pensão mensal concedida a MARIA ALVES ESPINHEIRA, viúva de Afonso Alves Espinheira, ex-funcionário público estadual. — A C.C.J.

38/74: Do Senhor Ex-Deputado ERONDY SILVERIO, que visa elevar para Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), a pensão mensal concedida ao inválido FRED HAUBER, pela Lei nº 5071, de 14 de abril de 1965. — A C.C.J.

16/74: Do Senhor Ex-Deputado DOMÍCIO SCARAMELLA, que visa transferir a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, a estrada municipal que liga a sede do Município de Mallet à Rodovia BR-476, passando pelo Distrito de Rio Claro. — A C.C.J.

214/71: Do Senhor Deputado HÉLIO MANFRINATO, que visa autorizar o Poder Executivo, a construir uma rodovia ligando Cidade Gaúcha, Rondon, Indianópolis, Cianorte, Terra Boa, Engenheiro Beltrão, Barbosa Ferraz à Ortigueira, saindo da Rodovia do Café BR-376. — A C.C.J.

273/71: Do Senhor Deputado QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA, que visa sobre a construção, através da Secretaria de Viação e Obras Públicas de um prédio na sede do Município de Itaguapé ao Ginásio Estadual. — A C.C.J.

69/73: Do Senhor Ex-Deputado ALVARO DIAS, que visa a construção através da Secretaria dos Transportes, uma ponte sobre o rio Tibagi, ligando o Distrito de Terra Nova, no Município de São Jerônimo da Serra, ao Distrito de Tamarana, no Município de Londrina. — A C.C.J.

55/74: Do Senhor Deputado GABRIEL MANOEL, que visa autorizar o Poder Executivo, doar ao Município de Santa Amélia, a viatura marca Volkswagen, Kombi, ano de fabricação 1966, placa nº CE-34-7 certificado nº A 494433, pertencente à Secretaria de Saúde Pública. — A C.C.J.

243/73: Do Senhor Deputado MAURÍCIO FRUET, que visa suprimir as aulas aos sábados nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus do Estado, estabelecendo, respectivamente, em 180 e 190 o número de dias letivos de trabalhos. — A C.C.J.

297/73: Do Senhor Ex-Deputado ANTONIO BELINATI, que visa declarar de utilidade pública, a Associação Interconfessional de Curitiba, sediada nesta Capital. — A C.C.J.

185/74: Do Senhor Ex-Deputado JOÃO MANSUR, que visa a

abertura de um crédito especial na importância de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), para a concessão de auxílio à Associação dos Servidores Públicos do Paraná. — A C.C.J.

283/73: Do Senhor Ex-Deputado PAULO POLI, que visa criar no Município de Terra Roxa, um Curso Normal e um Curso Científico para funcionarem a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

## REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado OTASSIO PEREIRA, solicitando retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 97/73, por três Sessões.

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, o registro na Ata dos Trabalhos da Sessão de Hoje, de voto de regozijo pela realização em Curitiba, no período de 28 de fevereiro a 2 de março corrente, do 1º Encontro de Pesquisadores da Música Popular Brasileira, coordenado pelo jornalista Aramis Millarch.

Caracterizou-se o Encontro pela elaboração de robusto documento sugerindo a criação, junto ao MEC, do Instituto Nacional de Música e Dança, que entre outras atribuições ficaria encarregada de:

a) — O cumprimento efetivo do Decreto nº 50 929, de julho de 1961, que determina obrigatoriedade de execução de música popular brasileira em percentual fixo;

b) — Obrigatoriedade da inclusão, nos currículos de 1º a 2º graus, abrangendo o nível superior, nas áreas afins, do ensino da música popular brasileira;

c) — A exemplo do que ocorre com o estudo do folclore, regulamentado pelo Parecer 1264/73, do Conselho Federal de Educação, aprovado em 09/08/73, a inclusão da música popular brasileira nos currículos dos cursos de licenciatura em Educação Artística;

d) — Realização de pesquisas de música e dança brasileiras nas várias regiões do País, de modo a preencher parte da memória da cultura nacional;

e) — Providências para estágios — no exterior — de técnicos brasileiros em gravações fonográficas, e/ou a vinda de especialistas estrangeiros a fim de orientar brasileiros neste sentido;

f) — Publicação de fascículos com discos sobre música popular brasileira, a serem vendidos a baixo preço, em estabelecimentos de ensino de todos os níveis;

g) — Estímulo às gravadoras de discos para que editem e reeditem gravações de música brasileira, para serem vendidas no comércio a preços fixos e baixos;

h) — Co-edição de gravações fonográficas que documentam aspectos importantes da nossa cultura musical, habitualmente esquecidas pelas gravadoras;

i) — Estímulo oficial à apresentação de mostras periódicas da música brasileira, com verbas especiais, que permitam, inclusive a organização de feiras de gravações de música brasileira, a baixos preços;

j) — Produção e veiculação de filmes, vídeo-tapes e radio-tapes para cinema e TVs educativas, comerciais ou de circuito fechado — sobre música brasileira;

l) — Criação de meios para a proteção definitiva dos direitos da música popular anônima.

Na mesma oportunidade, foi fundada a Associação dos Pesquisadores da Música Popular Brasileira, sendo eleita a primeira diretoria, sob a presidência do paranaense ARAMIS MILLARCH,

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa, aos Srs. Jornalistas Aramis Millarch, presidente da Associação dos Pesquisadores de Música Popular Brasileira, e aos Delegados Regionais da recém fundada entidade, Graciano Guerreiro Barbalho à rua Trairi, 675 — Natal (RN); Marcio Barroso Santa Rosa à Rua Pouso Alto, 137, Bairro da Serra, Belo Horizonte;

Miguel Angelo de Azevedo, à rua José Bastos, 2386, casa 69, Fortaleza (CE); e à rua Portuguesa, 465, apto. 409, Porto Alegre (RS).

Sala das Sessões, em 06/03/75.

a) MAURÍCIO FRUET

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa após ciência e aprovação do Plenário, seja enviado, por esta Casa de Leis, apelo ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça Armando Falcão, no sentido de que aquela autoridade federal mantenha em vigor a legislação eleitoral, com relação à eleição municipal a se efetuar no próximo ano.

Não se justifica, Sr. Presidente, nenhum dos extremos que se estão a propor qual seja: o mandato tampão ou a prorrogação dos mandatos dos atuais alcaides.

Pecam, estas idéias, por serem anti-democráticas e que viam, se efetivadas, causar espécie à população brasileira.

Requer, outrossim, sejam enviadas cópias do teor deste Requerimento, aos respectivos líderes das Bancadas da ARENA e do MDB, na Câmara Federal e Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 6 de março de 1975.

a) DOMÍCIO SCARAMELLA

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício aos Excelentíssimos Senhores Ministro da Agricultura, José Irineu Cabral, Presidente da EMBRAPA, em Brasília, e ao Sr. Fernando Rodrigues Tavares, no escritório da EMBRAPA em nossa Capital, solicitando que vejam as possibilidades da criação do escritório regional da EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias, em Maringá, em sua Universidade Estadual.

Requer, ainda, se dê ciência da decisão da Casa ao Magnífico Reitor Professor Rodolfo Purpur, da Universidade Estadual de Maringá.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1975.

a) JORGE SATO

JUSTIFICATIVA:

A reivindicação formulada acima justifica-se por ser Maringá uma área convergente de recursos econômicos e educacionais, abrangendo perto de 50 (cinquenta) municípios vizinhos, os quais compreendem o Noroeste do Estado do Paraná e o Sul de Mato Grosso, áreas essas de alto índice de pecuária.

Portanto, a criação do Curso de Zootecnia é fator decisivo para influir no maior desenvolvimento da pecuária da região e, Maringá pode e deve constituir-se em polo de desenvolvimento da Pecuária do Estado do Paraná.

Por estes motivos, já expostos, peço a aprovação dos nobres Deputados para este Requerimento.

Senhor Presidente.

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor OSÍRES STENGHEL GUIMARÃES, mui digno Secretário de Estado dos Negócios de Transportes, agradecendo ao nosso apelo no sentido de determinar a ligação em acesso asfáltico nos Municípios de CONTENDA

e QUITANDINHA, agradecendo esse transmitido em nome da comunidade das duas comunas que temos a honra de representar nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1975.

a) LEOPOLDO JACOMEL

Senhor Presidente.

Tenho a satisfação de comunicar para fins de anotação junto ao Departamento competente e para o conhecimento da Casa, que indiquei os nomes dos Senhores Deputados ARAGÃO DE MATOS LEÃO, DÁCIO LEONEL DE QUADROS e GILBERTO CARVALHO, Vice-Líderes da ARENA, sem preferência de ordem de colocação quanto às prerrogativas inerentes às suas funções.

Oportunamente endereçará outros nomes a fim de completar o colégio de vice-líderes do referido Partido.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1975.

a) IVO THOMAZONI

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, requer, ouvido o Plenário e após a manifestação deste, seja enviado em nome do povo de: CURITIBA, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, PIRAQUARA e QUATRO BARRAS, o seu profundo agradecimento pela determinação dada em atender nossos apelos formulados àquele órgão através dos nossos Requerimentos aprovados por esta CASA datados de: 20/10/1966, 16/04/69, 22/04/70 e 25/04/74, pelos quais reivindicamos o Projeto e a Construção do chamado "CONTORNO SUL DE CURITIBA": hoje protanto aprovado o Projeto é motivo de grande júbilo e não menos satisfação a esse mesmo povo, razão pela qual é formulado esse agradecimento, já que essa estrada virá sanar uma séria de problemas inconvenientes de trânsito evitando-se com ela, um sem número de acidentes que vem ocorrendo não somente nos cruzamentos das BR-101, BR-116 e BR-277, como inclusive na Rua 7 de Setembro desta Capital, uma vez que o Projeto dá Início com Partida na BR-376 (Estrada do Café) na localidade de Ferraria, (Campo Largo), Pinheirinho, São José dos Pinhais, PIRAQUARA, caindo na BR-116 (que está sendo Duplicada) em Quatro Barras; numa extensão de 46 quilômetros.

Sala das Sessões, 06 de março de 1975.

a) LEOPOLDO JACOMEL

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, que seja solicitado da Secretaria de Segurança Pública, as seguintes informações:

- 1) – Informar se o FUNRESPOL efetuou compra de móveis, cortinas e outros utensílios nos últimos 90 (noventa) dias.
- 2) – Sendo positivo, informar o montante financeiro de cada compra efetuada, a data, o órgão beneficiado e fotocópias das devidas licitações.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1975.

a) OSÓRIO VALATER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Este Deputado foi informado que o FUNRESPOL adquiriu aproximadamente Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros) de móveis, cortinas e outros utensílios, que, possivelmente, foram destinados ao Instituto Médico Legal. Ocorre, que a informação esclarece que a operação efetuada não obedeceu os pre-



ceitos legais no que concerne a devida licitação.

Para salvaguardar a honorabilidade da operante Secretaria dos Negócios da Segurança do Estado, é indispensável o esclarecimento.

## PROJETOS DE LEIS:

### PROJETO DE LEI Nº 13/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Instituto Educacional e Assistência Social "Luz e Amor", com sede na cidade de Maringá.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1975.

a) LUIZ GABRIEL SAMPAIO

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que com este plano de Lei pretendemos declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos exigidos pela Lei pertinente, e, efetivamente, presta relevantes e expressivos serviços à comunidade de Maringá.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja endereçado expediente aos Excelentíssimos Senhores Ministro de Minas e Energia, Ministro do Interior, Secretário de Viação e Obras Públicas, Secretário de Planejamento, Secretário da Agricultura, Diretor do Departamento Nacional de Obras e Saneamento em nossa Capital e ao Dr. Paulo Melro, da Sudesul, em Porto Alegre, para que vejam das possibilidades da localização em Maringá, neste Estado, da base física para a implantação e desenvolvimento do Projeto Noroeste, na Universidade Estadual de Maringá.

Requer, ainda, se dê ciência da decisão da Casa, ao Reitor da Universidade Estadual de Maringá, Professor Rodolfo Purpur.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1975.

a) JORGE SATO

#### JUSTIFICATIVA:

O pedido formulado acima justifica-se, pela importância do estudo a ser realizado nos campos geológicos, morfológicos e bio-estratigráfico, da área problema atingida pela erosão em nosso Estado, conhecimentos esses que através da pesquisa, irão concorrer, para dar aos conceituados professores daquela Universidade, de uma bagagem inestimável de recursos em diferentes áreas de ensino, ali em funcionamento.

Seria, outrossim, a Universidade, portadora de inestimáveis dados sociais e econômicos da Região, que iriam favorecer os demais órgãos públicos ou de iniciativa privada que certamente favorecerá o maior desenvolvimento de nosso Estado e o engrandecimento de nosso País.

Além dos motivos já expostos, podemos ainda citar as vantagens da localização, que seriam: menor desgaste de máquinas e equipamentos, além de poupar a equipe de trabalho de um grande deslocamento, por contar Maringá com modernos meios de comunicação, tais sejam: terrestres, aéreos, telefonia, telex, etc.

Por estas razões, expostas no presente Requerimento é que peço a aprovação dos nobres Parlamentares, para essa reivindica-

ção, a ser enviada a diversas autoridades que podem decidir sobre o assunto em questão.

O SR. PRESIDENTE - Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (lendo): "Estamos no epílogo de uma gestão governamental, que ainda possui, no seu comando, Sua Excelência o Governador Emilio Gomes. Este Paraná de todos nós, que alcançou índice desenvolvimentista extraordinário antes de Haroldo Leon Peres, desgovernou-se de lá para cá. Enquanto assistíamos o esforço incomparável, titânico e nobre do trabalhador paranaense, no crescimento da produtividade agropastoril e industrial do Estado; observávamos a estagnação da Administração Pública Estadual, desvinclada do Governo Federal e, distanciada dos anseios justos e legítimos de nossa gente.

O Governo Emílio Gomes, sem outras considerações, surgiu pleno de esperanças, e termina, sem muito esforço, sem muito alcançar.

No limiar do Novo Governo, eleito pelo beneplácito popular, os brasileiros do Paraná renovam suas aspirações de que o Estado, desta vez, quem sabe..., terá uma administração atuante, que, pelo menos, caminha paralela ao crescimento notável do Paraná. É o que todos nós desejamos.

Ocorre, que o Sr. Jaime Canet, e o recorte está em nossas mãos, falou pelo jornal "O Estado de São Paulo", na edição do dia 21 de fevereiro último: "que não enfrentará tantas dificuldades políticas porque, além de ter maioria na Assembléia, conta com o apoio de mais da metade dos Deputados do MDB, o que se comprovou nas eleições para a Mesa Legislativa".

Ora, Sr. Presidente, Nobres Deputados, ou o Sr. Jaime Canet, futuro Governador do Estado do Paraná, já está dando trombadas, ou S.Exa. se constitui num futurólogo excepcional. É uma deslavada inverdade o que declarou o próximo Governador. Ele não conta com o apoio de apenas "um pouquinho mais da metade da Bancada do MDB", porém contará com os aplausos de toda a Bancada da Oposição, desde que conduza o governo com ativez, equilíbrio e invulgar dinamismo. Caso contrário a nossa atitude será de crítica construtiva, permanente. Conte com os 25 Deputados do MDB, Sr. Jaime Canet, para servir o Paraná, para buscar as soluções que atendam os anseios legítimos e justos de nossos trabalhadores.

Afirmar que conta com o apoio de mais da metade dos Deputados do MDB com assento nesta Casa, é gravíssimo erro tático e político, Sr. Jaime Governador. Espalhar isto pelo país afora é uma transgressão ainda maior. Tem-se a impressão de que V. Exa. estabeleceu um negócio com nossa Bancada, o que, absolutamente, não é verdade. E, o expressivo documento que se constitui na "Carta de Guarapuava", estabelece a nossa filosofia de conduta, foi já apresentado a este Plenário, brilhantemente, pelo intelectual Deputado Osvaldo Macedo.

Mauis cuidado, Sr. futuro Governador!  
Muito obrigado".

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado ENÉAS FARIA.

O SR. ENÉAS FARIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Longa, penosa, sacrificada mais também entremeadada de momentos de alta euforia cívica, foi a caminhada que encetei, para hoje estar aqui nesta Casa. Com muita honra, com invulgar honra, ombreado com V. Exas. que bafejados pela mão popular, aqui vêm somando suas experiências, unindo seus talentos para oferecer a grande contribuição que o Paraná e sua gente esperam, e reclamam para os dias futuros.

Srs. Deputados por duas vezes consecutivas e na primeira muito moço ainda o povo de Curitiba tornou-me seu representante. Exerci, na Câmara Municipal de nossa Capital, os dois mandatos de Vereador e pretendo ter sido se não brilhante, pelo



menos operoso, trabalhador, digno e honesto no cumprimento da missão que o povo me outorgara.

Ao longo desse período, e se digo isto agora e se atesto isto agora não o faço na expectativa de colher qualquer merecimento, mas apenas para fazer incidir sobre este momento alguns aspectos que possam melhor caracterizar uma atuação e um caráter, ao longo desse período, repito, tive cotidianamente naquela Casa de Leis o reconhecimento, o respeito de todos os meus companheiros, de todos os Vereadores que ali tinham assento.

A imprensa de nossa Capital por várias vezes, por vezes seguidas entendeu que nossa atuação como parlamentar da municipalidade merecia algum destaque e nos conferiu a honra de alguns títulos ligados à própria atividade parlamentar.

Não sei do meu Partido, do Movimento Democrático Brasileiro, ocupei e tenho ocupado posições da mais alta responsabilidade. Tenho participado e participei de momentos da mais alta significação, em episódios onde mais que nunca se requeria, se exigia a formação de um autêntico homem público para que com tranquilidade, com decência e com uma visão um pouco mais alargada pudéssemos adotar, nos momentos críticos que atravessámos, as posições que adotamos buscando colaborar com a obra que é de todos nós, buscando colaborar para que atingíssemos por mais esse caminho, a passos largos, a plenitude do regime democrático.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se fui tranquilo, calmo e assim tem sido minha atuação, jamais faltou a coragem, até mesmo a ousadia, para dar cumprimento aos mandatos que tenho recebido. Político de origem eminentemente popular porque é do seio do povo que tenho recolhido os subsídios que tenho trazido aos parlamentos municipal e agora estadual, devo ter a coragem, devo ter a coerência ao dar cumprimento fiel e integral à representação que o povo tem me empregado. (Assume a Presidência o Sr. Deputado Paulo Camargo). E foi assim, Srs. Deputados, assim entendendo e assim agindo como tantas vezes no passado o fizeram, foi que vim a esta Casa e já de início, e já no começo procurava trazer ao conhecimento desta augusta Assembléia um problema que fervilha no seio de nossa comunidade buscando não um oposicionamento porque não oposicioniei, buscando, alertar esta Casa para a análise, para a pesquisa, para enfim se encontrar solução de entrega à nossa Cidade, à nossa comunidade, ao nosso Paraná, da calma que a nossa Cidade precisa para trabalhar, para produzir e para poder viver como gente. Foi com este espírito, com esta posição que adotei nesta Tribuna a posição que adotei; lamentavelmente Sr. Presidente, lamentavelmente Srs. Deputados, nem sempre as coisas são entendidas como se pretende — ou porque talvez eu tenha mal me expressado, ou porque talvez os ouvidos tenham mal ouvido, mas ocorre que os fatos supervenientes acabam fazendo com que se conduzisse uma outra situação e, passou a germinar não sei onde e não sei por quem, passou a germinar hipóteses de outra colocação. E é contra isto, Sr. Presidente, e é contra isto, Srs. Deputados, que eu me insurjo aqui e agora para repudiar como o faço, e violentamente, qualquer tipo de insinuação que se possa querer trazer para o envolvimento da minha pessoa, da minha atuação e do cumprimento do meu mandato. Jamais, em momento algum e aí está Curitiba para provar, aí está a grande testemunha que é a comunidade curitibana e paranaense, para...

O SR. PRESIDENTE — A Presidência comunica ao nobre Deputado, que V. Exa. deve encerrar o seu pronunciamento.

O SR. ENÉAS FARIA — Já concluirei, Sr. Presidente.

... aí está a grande testemunha que é a comunidade curitibana e paranaense, para atestar que, sempre agi com decência e com dignidade, inclusive, invoco o testemunho de V. Exas., quando do calor e no ardor das campanhas eleitorais, onde pudemos nós todos caminhar em busca do apoio popular. Porisso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que dúvidas sejam definitivamente sanadas, para que as coisas que se esclareçam é

que venho trazer à Mesa e à consideração desta Casa, o Requerimento que passo a ler. (Lendo):

Senhor Presidente.

CONSIDERANDO os fatos ocorridos em data de 4 do corrente, envolvendo o sequestro do cidadão ROBERTO GETÚLIO MAGGI (motorista de taxi) e o mais que disso tem decorrido;

CONSIDERANDO que o episódio, pelo envolvimento de que foi acionado, necessita ser esclarecido, sob todos os ângulos, devendo-se alargar as investigações a todas as áreas;

CONSIDERANDO que — pelas informações obtidas — nenhuma atitude formal foi adotada pelos órgãos policiais, e, que a matéria que respeita a sua elucidação — é, em inicial instância de órbita policial, pelo menos até que se esgote sua capacidade ou atribuição;

CONSIDERANDO que a Assembléia Legislativa do Estado, como Poder, e, qualquer de seus membros, como verificadores da Instituição não devem e nem podem ser atingidos por dúvidas originárias de informações mal colhidas ou orientadas, ou de odiosos e irresponsáveis boatos anônimos;

REQUER, no uso de suas prerrogativas regimentais, sejam adotadas pela MESA, todas as atitudes necessárias para um definitivo esclarecimento do episódio, e em particular:

- 1 — Requeira-se à Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública a instauração de competente inquérito policial;
- 2 — Designe-se o Procurador da Casa para acompanhar, oficialmente, o aludido inquérito;
- 3 — Convoque-se a Comissão Permanente de Polícia, da Assembléia Legislativa — em caráter e em regime especial — para, com todos os poderes tratar da matéria, em toda a sua amplitude e acompanhar, da mesma forma, o citado inquérito policial.

Sala das Sessões, em 6 de março de 1975"

— Anexo, Sr. Presidente, recortes informativos da nossa imprensa. Obrigado, Sr. Presidente.  
(Sem revisão do orador).

FOLHA DE LONDRINA

O JORNAL DO PARANÁ

Londrina - quinta-feira - 6/3/75 — pág. 13

TERIA SIDO SIMULADO O SEQUESTRO DO MOTORISTA

CURITIBA (Da sucursal) — O motorista de taxi Roberto Getúlio Magi, vítima do estranho sequestro ocorrido anteontem defronte ao plenário da Assembléia, foi localizado pela Polícia e está bem, mas o caso ganhou ontem intrincados rumos. São correntes os comentários de que Magi teria simulado um sequestro para promover-se, já que pretende se candidatar a vereador nas próximas eleições, apoiado pelo Deputado Enéas Faria. Ontem o motorista classificou de infundadas as versões, apesar de admitir a intenção de se eleger para a Câmara Municipal.

Enéas Faria, que no momento do sequestro fazia um pronunciamento sobre o serviço de taxi da capital, teria sido, segundo comentários na Assembléia, um dos responsáveis pela farsa. Ouvido pela FOLHA ele disse que não teve participação no episódio e tudo o que fez foi relatar o problema entre "piranhas" e motoristas de Curitiba, no plenário. E anunciou que se for preciso tomará providências contra aqueles que envolverem seu nome indevidamente no episódio.

Durante a sessão, o líder do governo, Ivo Thomazoni, referiu-se vagamente à "certas insinuações" de que teria havido

uma "preparação do ato", com a participação de um deputado. mas apressou-se em afirmar que "crê na integridade de Enéas Faria".

O presidente da Assembleia, Paulo Camargo, também fez um pronunciamento sobre o caso, afirmando que solicitou medidas energéticas da Polícia Civil para elucidar o caso.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o pequeno Expediente, Sr. Deputado David Federmann.

O SR. DAVID FEDERMANN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Duas razões, dois são os motivos, portanto, que me trazem à Tribuna neste Pequeno Expediente desta Assembleia Legislativa. O primeiro é para agradecer com muita humildade a votação que obtive do povo paranaense e que me conferiu a honraria de novamente participar desta Casa de Leis. Com efeito, pondera-vei parcela do nosso eleitorado, 20 mil sufrágios, aproximadamente, oriundos principalmente de Ponta Grossa e da região dos Campos Gerais, recomendaram-me pela terceira vez consecutiva a esta Assembleia Legislativa como Deputado. De minha parte, com muita humildade, peço a Deus que me dê inspiração e capacidade de trabalho para corresponder aos anseios do povo que me elegeu nesta oportunidade. Além deste modesto Deputado que lhes fala, Ponta Grossa mandou para esta Casa um novo e dinâmico parlamentar, o Deputado Luiz Carlos Zuk, por sua atuação na Câmara Municipal de Ponta Grossa. Naturalmente terá um mandato eficiente e profícuo, em que pese as nossas divergências de ordem partidária, tenho a certeza que saberemos sobrepor a estas divergências, saberemos somar nossos esforços, saberemos dar as mãos quando se tratar dos interesses da coletividade e da felicidade de nossa gente.

Outro motivo me faz hoje vir a esta Tribuna, é o de justificar proposição de minha autoria. Todos sabemos que Ponta Grossa atravessa ultimamente uma fase de grande progresso com uma infra-estrutura sólida, com um dos centros rodoviar-ferroviários maiores do Paraná, fez com que ali se instalasse uma sólida cidade industrial. Os nossos campos, tidos até então como estér-reis, devido a modernas tecnologias agrícolas, tem dado safras generosas a par deste progresso material conta Ponta Grossa com a Universidade de Ponta Grossa criada e implantada em boa hora pelo Governo Paulo Pimentel, visava com esta medida interiorizar o ensino superior fazendo com que o diploma do ensino superior não fosse privilégio dos que moram na Capital ou que têm recursos para aqui vir. A nossa Universidade tem experimentado grande progresso e abriga cerca de três mil alunos distribuídos nos cursos de Direito, Filosofia, Engenharia, Farmácia e Bioquímica, Administração. O Conselho Federal de Educação, com a medida que adotou, reconhecendo o seu processo de autorização do funcionamento de autonomia administrativa àquela unidade universitária, que com esta autonomia poderá implantar aqueles cursos. Só não pode fazer agora pela exiguidade dos seu espaço físico.

É uma justa reivindicação do povo pontagrossense, contar com uma unidade de Ensino Superior de Engenharia Agrônô-mica, de medicina e enfermagem de alto padrão.

Há poucos dias, em audiência com S. Exa. o Sr. Governador do Estado, uma comitiva dirigida pelo Magnífico Reitor de nossas classes produtoras e, diga-se de passagem, do Deputado Luis Carlos Zuk, que já de antemão abalisou a conduta da valerosa Bancada do MDB nesta Casa, no sentido de apoiar a pretensão da Universidade de Ponta Grossa.

Fizemos uma reivindicação no sentido de que uma área física, constituída pelo Colégio Agrícola de Ponta Grossa, fosse transferido para o patrimônio da Universidade da nossa cidade.

S. Exa. o Sr. Governador prometeu medidas urgentes no sentido de enviar Mensagem a esta Casa para concretizar aquela aspiração.

Com a finalidade de apoiar aquela medida, redigimos aqui o seguinte Projeto de Lei. (lê):

# PROJETO DE LEI Nº 12/75

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para o patrimônio da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, o Colégio Agrícola Estadual "Augusto Ribas", com sede naquela cidade.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 6 de março de 1975.

a. DAVID FEDERMANN

JUSTIFICATIVA: A Universidade de Ponta Grossa abriga em seus diversos cursos e departamentos aproximadamente três mil alunos. Mantem os cursos de Odontologia, Farmácia e Bioquímica, Direito, Filosofia, Administração e Engenharia Civil.

O Conselho Federal de Educação ao aprovar o seu processo de autorização de funcionamento, conferiu-lhe autonomia administrativa para a implantação de novos cursos, porém suas dependências e instalações atuais não permitem sua ampliação por falta de espaço físico.

Uma das justas reivindicações de Ponta Grossa é contar com um instituto de engenharia agrônômica que poderia funcionar de imediato sob a jurisdição da Universidade, se contasse com as magníficas instalações do Colégio Agrícola Estadual "Augusto Ribas", que mantém parte de suas dependências, ociosas.

Pelo presente plano de lei pleiteamos seja transferido para o patrimônio da Universidade Estadual de Ponta Grossa o referido Colégio que sem prejuízo de seus cursos de nível médio que mantém daria oportunidade para a imediata instalação do Instituto de engenharia agrônômica, o qual viria a atender a toda a região dos campos gerais.

Esperamos contar com o apoio de nossos nobres Pares para esta justa reivindicação.

Muito obrigado.

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio.

O SR. LUIZ GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, vou historiar rapidamente alguns fatos ocorridos em novembro último com o vendaval que assolou a região Norte do Paraná, causando sérios prejuízos, especialmente em prédios escolares.

O fato foi de larga repercussão pela imprensa e tenho certeza, já é do conhecimento de todos os Senhores Deputados.

Após as eleições e no início dos nossos trabalhos nesta Casa, fomos procurar S. Exa. o Sr. Secretário de Viação e Obras Públicas, e este nos alegou que os concertos não foram realizados porque um decreto federal proibia gastos superiores a 40 % do trimestre anterior.

Srs. Deputados, acho que não tem procedência esta alegação.

Em primeiro lugar porque o fato ocorreu em novembro e houve tempo suficiente para que os reparos fossem feitos ainda no exercício orçamentário anterior.

Em segundo lugar, embora não tenha o teor completo deste decreto, tenho a certeza, porque afirmo baseado no bom senso deverá haver nesta exigência alguma válvula de escape para casos de calamidade pública.

Portanto, não admito e não permito que o Sr. Secretário de Viação e Obras Públicas saia pela tangente, procurando desculpas que não nos convencem.

Recebemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um mandato

popular e iremos cumpri-lo. Temos a certeza de que no próximo governo, que deverá ser iniciado no dia 15, tais fatos não ocorrerão porque estaremos aqui. Já falamos ao futuro Governador Jaime Canet Jr. e não podemos ter o ônus de um partido sem pelo menos as vantagens administrativas.

Estaremos aqui para fiscalizar, como Deputado eleito pelo povo do Paraná, os atos e atitudes dos Srs. Secretários.

Portanto, encaminho a Mesa o Requerimento vasado nos seguintes termos: lê:

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer que seja enviado, com a máxima urgência, ofício ao Exmo. Sr. Secretário de Viação e Obras Públicas, manifestando nosso profundo descontentamento pela incapacidade desse setor da administração estadual em resolver o grave problema das escolas de Maringá e região, atingidas pelo vendaval último.

O fato não está permitindo o funcionamento normal das atividades escolares, causando graves prejuízos às crianças e justas indignações das famílias.

Sala das Sessões, 6 de março de 1975.

a. LUIZ GABRIEL SAMPAIO"

Sr. Presidente, Srs. Deputados, peço encarecidamente que o Plenário aprove este Ofício e que seja enviado ao Sr. Secretário para que pelo menos explique de maneira mais completa o porquê desta má participação administrativa de S. Exa.

Dou ao Secretário de Viação e Obras Públicas, o meu voto de desconfiança.

Muito obrigado.

Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao quinto orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos vendo no dia de hoje, nesta Casa, uma comunhão de pensamentos. Notamos que o representante da ala situacionista em nossa região, Deputado David Federmann, entra nesta Casa com uma matéria atinente à atuação e acervo à nossa Universidade Estadual, do Colégio Agrícola Augusto Ribas.

Estivemos juntamente com esse Representante, com a Reitoria daquela Universidade, com os Prefeitos daquela Região, com o Sr. Secretário de Educação e Cultura, com Sua Excelência o Governador, em uma audiência, na qual se prontificava, aquela autoridade, a remeter a esta Casa, na maior brevidade de tempo possível, uma Mensagem, pela qual esta matéria visse a ser discutida por este Plenário. Cuidadoso como é o Deputado também carente de tempo, e sabendo que matéria correlata a essa, está na Ordem do Dia, num projeto de autoria do Sr. ex-Deputado Olavo Ferreira, para se doar, à Fundação Universidade Estadual de Londrina, a Fazenda Experimental da Criação da Secretaria da Agricultura, com sede no município de Ibiporã.

E, para descontentamento nosso, vemos que o parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça diz: "Se não bastasse podemos invocar o artigo 47 da mesma Constituição, quando estabelece a competência privativa do Governador para iniciar o processo legislativo das leis que dispomos sobre matéria financeira.

Destarte, por ser inconstitucional, opino pela REJEIÇÃO do projeto".

Logo em seguida, vem o parecer da Comissão de Finanças contrário ao parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que diz: "Não obstante o parecer contrário da douta Comissão de Constituição e Justiça, não podemos deixar de acolher o presente projeto nesta Comissão de Finanças, uma vez que se trata de simples autorização legislativa, fixando na dependência do Poder

Executivo a sua aceitação ou não, razão pela qual nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

E nesta matéria correlata ao do nobre Deputado de nossa Região, queremos, neste momento, além de referendar o apoio dos 25 Srs. Deputados do Movimento Democrático Brasileiro, fazer uma apelo à pessoa do ilustre Líder da área situacionista, Deputado Ivo Thomazoni, que desse, à nossa Cidade, à nossa Universidade, a somatória de um pouco mais de votos para que demos um número legal para que aquela reivindicação fosse concretizada.

Também quero fazer sentir, neste momento, a falta de atuação do Governador do Estado com o que havia prometido àquela reunião, de que, nesta semana, aqui entraria uma matéria de sua lavra, destinando à sua região, e terra natal, o único benefício extendido, em matéria atinente, por sua passagem pelo Governo do Estado do Paraná.

A nossa Cidade, a nossa Região, não teve desse seu filho filho de Ponta Grossa, atenção alguma. E, agora, ao final de seu mandato, depois daquele comprometimento junto àquelas autoridades, mais uma vez Sua Excelência teve que fazer com que um Deputado desta Casa apresentasse uma matéria, que foi através de sua própria palavra, de sua manifestação, às autoridades, que remeteria a esta Casa, com a maior brevidade. Sua Excelência faltou para com a região dos campos gerais, para com a região de toda nossa comunidade e principalmente sua terra natal. (Reassume a presidência o Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio). Neste momento queríamos pedir e iremos fazer no dia de amanhã regimentalmente a esta Mesa Executiva, em caráter de urgência, para a matéria do nobre Deputado de Ponta Grossa, para que somando nossos pensamentos, atendamos os anseios do povo daquela região, sem distinção de cor partidária.

Amanhã, através de Requerimento, em caráter de urgência, vamos solicitar apressamento da matéria, porque nossa região carece há muito tempo da Faculdade de Engenharia Agrônômica. - Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos às vésperas da organização do novo Governo, completando-se a renovação do Poder estatal, em relação ao Estado do Paraná. E é portanto, em termos restritos a essa situação, que na qualidade de Líder da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, - pela bondade e honrosa deferência de meus valerosos companheiros fui distinguido com esse cargo - a fazermos aquilo que pode ser traduzido como a atuação, a forma inicial de atuação, em relação ao Poder Legislativo e aos demais Poderes, da Bancada do MDB.

Mas, preliminarmente, pretendemos fazer uma referência ao Requerimento do nobre Deputado Enéas Faria, Vice-Líder da Bancada, a propósito dos últimos acontecimentos que envolveram e continuam a envolver o Poder Legislativo.

Gostaria de dizer, Sr. Presidente, que é o Poder Legislativo aquele que, principalmente, em nosso País, mais é objeto de discussão, de divergência, de crítica, não raro de críticas justas e injustas.

Portanto, nos parece essencial que o Poder, como bem acentuou através de seu Requerimento, e da extensão do significado de seu Requerimento se cerque das garantias necessárias o seu bom nome e fique respaldado dos boatos, das informações que, muitas vezes, surgem tendenciosamente de origem ignorada e que, como todo anonimato, certamente, caracteriza a mentira e a covardia.

Como prova fundamental disso, Sr. Presidente, há uma informação que, juntamente, com outras informações, foi colhida por um conceituado órgão de nossa imprensa, o jornal "A Folha



de Londrina", afirmando que nas próximas eleições o cidadão Roberto Magi seria candidato a Vereador apoiado pelo Deputado Enéas Faria.

Possuímos, fornecida pelo Cartório Eleitoral da 1ª Zona, a inquestionável prova, não somente da impossibilidade de tal fato, de qual tal fato se registre, como também da verdade que ela traduz, porque o cidadão Roberto Magi, como eleitor, está filiado à Aliança Renovadora Nacional.

A Certidão é clara.

"O Bêl. VICTOR MAVIAËL DE SÁ BARRETO, Chefe da Primeira Zona Eleitoral de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, certifica, que no Cartório desta Primeira Zona, consta a ficha de ROBERTO GETULIO MAGGI. Inscrição e Título Eleitoral nº 22.950, expedido em 2/6/1959, nascido em 25 de julho de 1937, residente à Travessa Ouro Verde, 68, Santa Felicidade, é votante da 82ª Seção. O eleitor em apreço está quite com a Justiça Eleitoral, certifico ainda, que o referido eleitor é filiado à Aliança Renovadora Nacional, "Arena", desde a data de 10/07 1959."

Vê, pois, V. Exa., Sr. Presidente, que envolvente como é este assunto ele atinge, também, já, neste instante, o próprio interesse dos partidos políticos que se vêem, de certa forma, envolvidos no episódio.

Nós, ainda, neste momento temos a registrar a conduta da Mesa com relação a esses fatos. O próprio Presidente desta Casa, Deputado Paulo Camargo que V. Exa. tão bem o substitui nesta Sessão, Deputado Gabriel Sampaio e isso foi por muitos deputados, inclusive por este que está na Tribuna, acompanhado e testemunhado, tomou as providências que naquele dia deveriam realmente ser tomadas. Nós, em nome de nossa Bancada fizemos, ao final daquela Sessão, um pedido à Mesa que deve, realmente ate certo ponto poderá, ser também retificado naquilo que diria, ou que se poderia concluir em relação às responsabilidades, pelo ocorrido, se realmente, ao final de tudo, isso ficar claro — a não participação de nenhum órgão policial do Estado naquele evento: parece que ao próprio Poder Executivo e aos próprios poderes federais ou órgãos federais da Segurança, interessa o esclarecimento, também, deste fato principal que foi o sequestro de Roberto Maggi ou, a sua prisão.

Acreditamos, pelo que efetivamente existe nesse sentido, que o poder público, pelos seus representantes, pelos responsáveis pelos seus órgãos competentes, devem estar realmente isentos, desconhecendo tal prática. Mas só a apuração da verdade e que deve interessar nesse momento a esta Casa, que tem aqui dentro representados os dois partidos políticos existentes em nosso País e que, um de seus membros se vê envolvido inclusive em sua própria dignidade, pelo noticiário que pode envolver, como envolveu a matéria.

Reiteramos, portanto, Sr. Presidente, certos de que a Mesa cumpridora de suas atribuições e zelosa da soberania do Poder, levará o caso ao extremo a que realmente o caso deve ser levado. O Requerimento do nobre Deputado Enéas Faria, em todos os seus aspectos.

Vê, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que uma grande responsabilidade pesa sobre o Poder Legislativo, hoje composto desta nova Legislatura, de duas Bancadas que representam 54 cadeiras, 7 a mais do que a Legislatura anterior, e se na Legislatura anterior muita coisa pudesse ser feita pela Bancada do MDB, que representava 20% desta Casa teria, por assim dizer, uma interpretação talvez até certo ponto justificada, embora fora da legítima intenção que a ditasse no que diz respeito ao andamento dos nossos trabalhos, porque poderia parecer que uma minoria quase insignificante em razão desse número, frustrado por não poder jamais ter condições de se equivar numa votação, estaria a abrir precedentes quanto à presença dos Srs. Deputados em Plenário. Mesmo assim, em igualdade de condições, com muitos dos Deputados da ARENA, o MDB, com a elasticidade que a ocasião exigia, fazia a necessária verificação dos andamentos dos nossos pró-

prios trabalhos. Isso é para dizer claramente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, meus novos companheiros, que a Liderança do MDB vai ser uma fiscalizadora inicialmente de sua própria Bancada e de toda a Casa, para com a nossa presença como um ato que nos entendemos que será de valorização do Poder, contarmos com a existência permanente de quorum para funcionamento e votação desta Casa. Sejam quais forem os assuntos em discussão, entendemos que o Poder deverá dar a todo ele, indistintamente, o mesmo tratamento. Não só aos projetos de grande interesse do Governo, ou da Oposição, deverão exigir a presença necessária dos membros do Poder, para que o Poder delibere legitimamente, mas sim tudo aquilo que pode tramitar pela Casa, e nosso sentido fica claro já, Sr. Presidente, sem que nisso vejam os Srs. Deputados qualquer alevisia de nossa Bancada, que não seja a valorização do Próprio Poder, o MDB, para ele hoje nesta Casa é questão fechada votar contrariamente todos os projetos que abertamente sejam inconstitucionais.

(Reassume a Presidência o Sr. Deputado Paulo Camargo).

Não entendemos que a validade do trabalho Legislativo se comprometa à solução de problema propriamente administrativo nesta Casa, que pode ser muito bem resolvido, Sr. Presidente, como o resolveu por exemplo da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul pela valorização das Comissões, na competência daquilo que para muitas vezes são necessárias sessões extraordinárias na Assembléia Legislativa.

Do mesmo modo, que nós temos a citar um só exemplo, para que não se repitam nesta Casa, Sr. Presidente, fatos que inúmeras vezes aqui se repetiram, de um veto do Sr. Governador do Estado, encaminhado em tempo hábil, deixar de ser discutido, deixar de ser votado ou não ter sido entregue a Plenário e encaminhado à Ordem do Dia como deveria ter sido.

Tenho em mãos, porque em data de cinco de dezembro de 1973, requeri providências no sentido de saber sobre o andamento deste Projeto; o veto apostado a um Projeto de Lei aprovado por esta Casa de número 61/73, de nossa autoria, que fixava o número de Vereadores das Câmaras Municipais e dava outras providências. Vetado, com a devida venia, sem qualquer motivo jurídico que nos convencesse, pelo Chefe do Poder Executivo, e encaminhado a esta Casa em 22 de outubro de 73, foi arquivado no dia 1º de abril de 1974, sem que tivesse sido votado, e sem que tivesse a Casa se manifestado sobre o veto.

Outros Projetos de importância para a vida do próprio Estado foram remetidos a esta Casa e devolvidos sem aprovação tácita, ao Chefe do Poder Executivo que o sancionou, sem que houvesse discussão e apreciação da matéria. Projetos de importância foram encaminhados em má hora, é verdade, pelo Chefe do Poder Executivo, porque às vésperas do pleito passado, quando quase todos os Srs. Deputados praticavam a eleição propriamente dita, e em grande parte justificando-se a ausência nesta Casa de muitos dos Srs. Parlamentares. Mas não foi essa ausência, porque sempre houve votação e reunião plenária que impediu a apreciação de tais Projetos a que farei outras referências.

Portanto, Sr. Presidente, quando ouvimos desta Tribuna o ilustre líder do Governo, da maioria, Ivo Thomazoni, e percebemos a sua preocupação de que seja valorizado o Poder Legislativo, não só — entendo eu — pela nossa presença nesta Casa, não só pela aplicação das normas regimentais aos que se fazem ausentes da votação, nós desta Casa, queremos também deixar bem claro, não estamos defendendo os interesses do FEPPA, este órgão que realmente tem interesse na matéria, no aproveitamento das faltas descontadas, mas, nossa intenção, como bem acentuou o líder do Governo, reiterando através de sua personalidade, de sua coerência de conduta à frente de sua Bancada, cuja afirmativa reaverga o meu aparte daquela data, o que se preende, acima de tudo, e que, antes de fiscalizar o Governo, sejamos fiscais de nós mesmos, para que a nossa conduta em relação àqueles que sejam interessados, partes diretas ou indiretas de nossa atuação, precisem bem que a Assembléia Legislativa deve refletir, como

tenho certeza refletirá também em sua grandeza moral e pujança material que ela hoje representa neste prédio.

Em conclusão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste período em que aguardamos a final organização do novo Governo, completando-se a renovação do grande Poder como se poderia chamar, o Poder Estatal do Estado membro paranaense, a nossa conduta consciente, pensada, estudada e que reflete a análise de fatos passados naquilo que pode vir a ser como consequência futura, terá, entre outros caminhos, a revisão de leis estaduais, aprovadas de afogadilho e outras, tacitamente, por não terem sido encaminhadas a Plenário, como é o caso da importante lei de Reforma Administrativa do Estado e da criação da Rádio Difusa S.A.

Serão, também, objeto de imediato estudo, por parte da Liderança ainda no tocante à parte legislativa, a Liderança do MDB visando a dignidade do próprio Poder, e entendendo que existe o meio adequado da sugestão, ou indicação, para sensibilizar o Poder Executivo, com relação a tais fatos, se oporá aos Projetos de Lei inconstitucionais, que só acarretam despesas e perda de precioso tempo de trabalho, terminando vetados, com o conselho se derem, oportunamente, aproveitados como sugestão.

O SR. IVO THOMAZONI - V. Exa. Permite um aparte? Assentimento. Nobre Deputado, no instante em que percebo está a concluir o seu discurso, reiteramos a nossa afirmação de que a conduta de V. Exa. sempre foi de uma correção exemplar, não poderia deixar de cumprimentá-lo e reiterar a confiança que a Bancada da ARENA tem Liderança de V. Exa. E mesmo se não o afirmasse, neste dia, já divulgamos, em diversas oportunidades, que pretendemos continuar contando com a experiência, capacidade e inteligência de V. Exa., sempre a serviço da valorização deste Poder. E, porque não dizer também, na fiscalização honesta administração pública.

Quando V. Exa. se referiu à necessidade da presença dos Srs. Deputados no Plenário durante as Sessões, V. Exa. fala também desta Liderança, porque, nobre Deputado, ontem mesmo, numa das primeiras Sessões, a hora da Ordem do Dia, estávamos praticamente, com um terço de número legal, e não gostaríamos de usar de um expediente regimental de verificação de quorum, porque pretendemos verificar, no futuro, que todos nós capacitamos, porque os compromissos para com a Sessão deverão estar acima de quaisquer outros compromissos de ordem política ou social.

V. Exa. se referiu a um aspecto que deve preocupar a Mesa Executiva, aquele da análise, dentro do prazo constitucional, dos vetos governamentais neste Plenário.

Aduziria tão somente o fato de que a Comissão Executiva anterior, representada pelos nobres Deputados João Mansur, Jorge Sato e V. Exa., sempre na abertura dos trabalhos, durante a leitura do Expediente, comunicava ao Plenário o comportamento governamental na análise de nossas proposições e os vetos foram sempre comunicados.

Muitas vezes, nobre Deputado, nos mesmos, e eu também, componente da Comissão de Constituição e Justiça, que fui, junto com outros Srs. Deputados, não encontrávamos muitas vezes número suficiente de Srs. Deputados, naquela Comissão Técnica, para exarar o competente parecer que colocasse a Presidência em condições de submeter ao Plenário a consideração do veto. Daí a importância do apelo que V. Exa. faz, também no sentido da valorização dos trabalhos das Comissões Técnicas, apelo que quero secundar, parabenizando-me com V. Exa. pela oportunidade do apelo, nos termos em que ele é posto, bem caracterizando a conduta de V. Exa.

Desejo também cumprimentá-lo por novamente vê-lo liderando agora com maior responsabilidade, porque numericamente a Bancada de V. Exa. se equipara quase com a nossa, e nós haveremos de continuar dialogando sempre com muita franqueza, Sr. Deputado Muggiati Filho, no sentido de que cheguemos, senão num ideal de aprimoramento de nossos trabalhos, mas naquilo

que é exigência de todos nós e cheguemos, portanto, à compreensão.

Muito Obrigado.

O SR. MUGGIATI FILHO - Nobre Deputado, líder Ivo Thomazoni, a Bancada do MDB, como tem notado já V. Exa. está dentro desse pensamento que V. Exa. realmente já havia externado, de que, juntamente com a Bancada de V. Exa. sem que isso implique para um ou para outro em quebra de qualquer ponto de seus princípios e de sua independência que são mantidos, mas até mesmo em benefício desses pontos, isto é, de que os entendimentos contribuem para a estruturação de ideologias e a independência de cada um. Porque V. Exa., parte francamente para o diálogo, sabendo que ele não é um diálogo que possa ser deturpado pela chicana ou condenável barganha política, mas sim em termos elevados que visam, acima de tudo, o entendimento em nesta Casa.

Agradeço as honrosas referências de V. Exa. Deputado Ivo Thomazoni.

Sr. Presidente, concluindo, a reforma do Regime Interno cujo Projeto de nossa autoria, tendo passado apenas em 1ª discussão, tramita desde 1973 e a observância das normas regimentais em vigor constituirão parte efetiva dos trabalhos dos Deputados do MDB, deverá merecer, apenas para conhecimento daqueles que não conhecem o Projeto de Regimento Interno, da Mesa, o encaminhamento que a Comissão Executiva passada, da qual fiz parte, não teve o necessário tempo disponível, justamente pelos motivos já apontados para cumprir a revisão desse Projeto. Se não me falha a memória, foi, de comum acordo, solicitado pelo seu autor, pelo próprio Líder da Aliança Renovadora Nacional, pelo eminente Deputado Ivo Thomazoni, tal revisão do projeto.

A Comissão Executiva tem, entretanto, um acervo de verificações, de emendas e, se for o caso, até para um Substitutivo Geral do Projeto, através do trabalho que desenvolvemos nos da Comissão Executiva anterior, Deputado Jorge Sato, Presidente Deputado João Mansur, com a assistência efetiva, pela Presidência, do Ilustre assessor Dr. Júlio Xavier Viana, tendo da parte da 2ª Secretaria e da 1ª Secretaria a participação de seus assessores jurídicos.

Portanto, é assunto de alta importância para esta Casa que entrou em prédio novo com Regimento Velho. Parece até que seria um absurdo que isso acontecesse por mais demorada que tenha sido a construção deste prédio. O antigo Regimento é de 1946 e tem pouca coisa que o modifica.

Na sua essência, e em síntese as modificações que o Projeto propõe são:

"Acréscimo das atribuições do Presidente:

Criação de uma Sessão destinada às Comissões Especiais de Inquérito;

Criação de uma Sessão destinada às Comissões de Representação;

Reformulação da distribuição de matérias e papéis às diversas Comissões, que passará a ser feita pela Chefia da Divisão das Comissões, com a finalidade principal de se economizar tempo;

Melhor disciplinação das atividades e atribuições das Comissões;

Criação de um Capítulo destinado à eleição do Governador do Estado;

Criação da figura do Líder do Governo, independente da existência de Líder Partidário;

Criação de um Título destinado à elaboração Legislativa especial;

Criação de um Capítulo destinado à indicação dos Prefeitos da Capital e das Estâncias Hidrominerais e dos Conselheiros do Tribunal de Contas e de seus substitutos;

Criação de um Título destinado à Convocação e o Comprometimento dos Secretários de Estado".

Enfim, o nosso Regimento está fora da atual dinâmica da

Legislatura vigente. E uma necessidade imperiosa, Sr. Presidente, que a Mesa promova os atos necessários, data venia, ao imediato andamento do Projeto de Reforma do Regimento Interno que se encontra em seu Poder.

No tocante ao relacionamento entre os Poderes, muito embora não se possa negar que numa democracia, Sr. Presidente, os Poderes não podem funcionar como compartimentos estanques, pois, em verdade, eles expressam a soberania do Estado em sua essência, e a soberania de Estado é uma e indivisível. Embora não esteja realmente vivendo e praticando o regime democrático em sua plenitude e mesmo sabendo que a liberdade não se admite oposição do arbítrio mas tão somente da lei democraticamente feita, cabe-nos consolidar os princípios que os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo funcionem harmonicamente entre si, embora com independência. A defesa do programa partidário no que for aplicável no âmbito estadual, inclusive os pontos já fixados na Declaração de Guarapuava, será trabalho da Liderança do MDB e de todos os Deputados que integram nossa Bancada. O exercício do poder fiscalizante e a elaboração de leis, especialmente as complementares como o ESTATUTO DO MAGISTÉRIO, que são imperativas e que interessam diretamente ao Estado e ao povo, constituirão permanente preocupação de nossa Bancada. Acreditamos que em tais objetivos ambos os Partidos aqui presentes se identifiquem; a fiscalização financeira e orçamentária do Estado que é exercida pela Assembléia Legislativa, segundo determina o artigo 39 da Carta Estadual, constitui matéria relevante, para a qual não existe cerceamento dos Deputados para bem se fixar em todos esses setores contará com a Bancada com as Vice-Lideranças já atuantes, mas sempre que se referir ao interesse comum ou a defesa de qualquer dos pontos aqui indicados, todos nós estaremos falando pela Bancada, pois os interesses do povo em favor de quem, não podemos nunca esquecer, existem e se elaboram as leis; são os interesses prioritários de todos aqueles que aqui o representam. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a

ORDEM DO DIA

Com a presença de 54 Srs. Deputados:

Sobre a Mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado David Federmann, lido na Tribuna, Necessita de apoio. — Apoiado. Irá a Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá a Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos a apreciação de matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 97/73, de autoria do Dep. Olavo Ferreira, que autoriza o Poder Executivo doar a Fundação Universidade Estadual de Londrina, a Fazenda Experimental de Criação da Secretaria da Agricultura, com sede no Município de Ibiporã. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J. e FAVORÁVEL da C.F.; EM REGIME DE URGÊNCIA.

## PROJETOS

### PROJETO DE LEI Nº 97/73

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar a Fundação Universidade Estadual de Londrina a Fazenda Experimental de Criação da Secretaria de Agricultura, com sede em Ibiporã.

Art. 2º — A doação ficará isenta do Imposto de Transmissão de Propriedade de Inter Vivos.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1973.

a) OLAVO FERREIRA.

JUSTIFICATIVA: A Secretaria de Agricultura possui no Município de Ibiporã uma área de terras destinadas a uso como Fazenda Experimental de Criação. Entretanto, trata-se de terreno irregular e "quebrado", o que dificulta sobremodo a atividade da Secretaria, levando-a a exercê-la em outras propriedades disseminadas no Estado.

A Universidade Estadual de Londrina, que nos termos do art. 25, § 1º, da Lei nº 6034, é órgão de execução delegada de serviços públicos estaduais, possui o curso de Medicina Veterinária, atualmente no ciclo de estudos básicos. A ele se seguirá o ciclo de estudos clínicos, ocasião em que terá necessidade de dispor de área rural apropriada para estudos práticos, pesquisas e estágios de estudantes.

O imóvel em questão será de grande utilidade para a Universidade pois que se situa nas proximidades desta e é servido por comunicação asfáltica.

Temos certeza que a própria Secretaria de Agricultura convirá conosco sobre o acerto da transferência, pois com a medida que propomos a área será realmente utilizada para os fins a que se destina, além de proporcionar a Fundação Universidade Estadual de Londrina os meios necessários para a execução de seus programas de ensino.

Pelos motivos expostos e que apresentamos o presente plano de lei e para o qual esperamos contar com o apoio de nossos nobres Pares.

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 97/73

- 1 — O presente Projeto de Lei, de autoria do ilustre Deputado OLAVO FERREIRA, visa autorizar o Poder Executivo a doar à Fundação Universidade Estadual de Londrina, a Fazenda Experimental de Criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, localizada no Município de Ibiporã e de outras providências.
- 2 — Não obstante o parecer contrário da douda Comissão de Constituição e Justiça, não podemos deixar de acolher o presente Projeto nesta Comissão de Finanças, uma vez que se trata de simples autorização legislativa, ficando na dependência do Poder Executivo a sua aceitação ou não, razão pela qual nosso parecer é pela APROVAÇÃO É o parecer.

S.M.J.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1973.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

a) ÁLVARO DIAS — Relator

O SR. PRESIDENTE — Ao referido Projeto, foi apresentado um Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otávio Pereira, solicitando a retirada do mesmo da Ordem do Dia, por três Sessões.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para discutir) — Sr. Presidente, no que diz respeito a matéria que V. Exa. colocou em discussão e sobre a qual está sobreposto o Requerimento do Sr. Deputado Otávio Pereira, interessa, Sr. Presidente, verificar que o Projeto de Lei de autoria do nobre ex-Deputado representante de Londrina, Deputado Olavo Ferreira, em forma de proposição meramente autorizatória e que diz "Doação à Fundação Universidade Estadual de Londrina. Mereceu pareceres favoráveis de muitos dos Srs. Deputados da Bancada do MDB e do Sr. Nelson Bufara contrário a matéria. Ponderou o Deputado Arenista Losso que a Liderança se dispusesse a questionar junto a V. Exa., se necessário que através de um substitutivo se desse nova redação incluindo-se, Sr. Presidente, as características do imóvel, que seria doado a que se incluisse uma cláusula de inabilidade no caso de que se pretendesse dar uma finalidade outra que não a especificada pelo autor do presente Projeto de Lei. A Liderança já havia concordado com S. Exa. o Sr. Deputado Losso e de que haveria, no encaminhamento da votação, falar para propor que,



muito embora V. Exa., usando de dispositivo regimental iria colocá-lo em inversão, na forma de votação, porque tem parecer contrário. Desejava solicitar a aprovação em primeira discussão para que pudesse merecer regimentalmente a Emenda de segunda discussão. Todavia, quer me parecer que o Sr. Deputado Otássio Pereira foi mais previdente do que está liderança e considera que as 24 horas de interstício que nos deveríamos ter para análise deste Projeto, não seriam tempo suficiente para que pudéssemos ter as informações necessárias. Entendo como entenda a Bancada da ARENA, que a proposição do Deputado Olavo Ferreira mereça total apoio desta Casa, em que pretende dar a Fundação Universitária de Londrina um imóvel necessário a expansão e a a melhoria do nível de ensino de uma das suas faculdades. Razão pela qual, Sr. Presidente, se ouvi bem o Requerimento, propõem a retirada da Ordem do Dia deste Projeto para quantas sessões?

O SR. PRESIDENTE – Três sessões.

O SR. IVO THOMAZONI – Nós concordamos plenamente com o Requerimento e solicitaríamos tão somente de S. Exa. o Sr. Deputado do MDB que, na medida do possível, dialogasse com o Sr. Deputado Losso, para que as duas Bancadas encontrem uma forma redacional capaz de permitir a aprovação num Projeto de Lei que se nos afigura justíssimo. Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE – Em votação. – APROVADO. Será retirado o Projeto da Ordem do Dia por três sessões. Sobre a mesa, Expediente firmado pelo Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel de Quadros e Gilberto Carvalho, para Vice-Líderes da Arena, sem preferência de ordem de colocação quanto as prerrogativas inerentes as suas funções. **Ao Departamento Legislativo. – A Divisão das Comissões, para anotar**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, lido da Tribuna, solicitando sejam adotadas todas as atitudes necessárias para um definitivo esclarecimento do episódio, envolvendo o sequestro do motorista.

A Mesa informa aos Srs. Deputados que a Secretaria de Segurança já instaurou inquérito. Segundo que a Assembléia não tem propriamente um Procurador, mas se for aprovado o Requerimento, será designado Consultor Jurídico o Sr. Ruy Carvalho.

E quanto à Comissão Permanente de Polícia, ela não está sequer instalada, o que não pode em regime especial acompanhar a matéria em toda a sua amplitude.

Em discussão o Requerimento.

Não havendo quem queira discutir, a Presidência encaminhará a consideração da Comissão Executiva.

O SR. IVO THOMAZONI – (Pela ordem). Sr. Presidente, entendendo esta Liderança que encerrada a fase de discussão, V. Exa. haveria de colocar a matéria em votação. V. Exa. não o fará?

O SR. PRESIDENTE – A Mesa acha que da forma como foi feito o Requerimento, não tem forma de ser votado. Então, será encaminhado à Comissão Executiva para estudar a sua forma.

O SR. IVO THOMAZONI – Sr. Presidente, V. Exa. perdoo o que possa parecer impertinência, mas durante o Pequeno Expediente o Deputado autor do Requerimento usou da Tribuna com justas razões.

Revoltado, contra o que considerou de “insinuação maldosa”, feitas sobre o que se poderia convencionar de “conhecimento prévio” o sequestro do líder de um dos motoristas de táxi da Capital, posteriormente, da Tribuna, no Grande Expediente. E. Exa. o Deputado líder do MDB também fez, Sr. Presidente, alusões ao episódio de maneira a ressaltar as providências prontas e enérgicas que V. Exa. tem adiado no sentido de respaldar a soberania e a integridade desta Casa, aludindo a forma com que determinadas notícias são divulgadas, envolvendo este Poder.

Como, Sr. Presidente, eu havia na Sessão de ontem, quando do encaminhamento da discussão do Requerimento de autoria do Deputado Enéas Faria, feito comentário a respeito e a ausência do autor daquele Requerimento não me permitiu que ele entendesse na melhor forma as minhas afirmações, devo, em questão de ordem dizer a S. Exa. o Deputado Enéas Faria, que as notas taquigráficas registram as minhas afirmações e que nelas em nenhum instante este ou qualquer Deputado da ARENA insinuou de denigração a insinuações que viessem maldosamente envolver S. Exa., porque afirmei textualmente ontem “que não se constate, no futuro, que houve preparação do ato por parte de qualquer Sr. Deputado do meu Partido. E quero acreditar também no Partido da Oposição porque a crer nas insinuações não nossas, porque cremos na integridade do Deputado Enéas Faria, cremos em sua maturidade política, em seu acendrado amor à gente paranaense, homem que conseguiu vir a esta Casa como o mais votado de todos os Deputados de nosso Estado. Acreditamos na sua intenção de bem defender a causa que se propôs a defender”.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa deve esclarecer que não pos o Requerimento em discussão e votação porque é um ato de esfera administrativa e independe de votação da Casa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela realização, em Curitiba, do 1º Encontro de Pesquisadores da Música Popular Brasileira. – Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Ministro de Justiça, apelo no sentido de que mantenha em vigor a legislação eleitoral, com relação a eleição municipal a se efetuar no próximo ano. – Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrangelo, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações a Secretaria de Segurança Pública, sobre compras efetuadas pela Funrespol. – Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI. – Peço a palavra para discutir. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – Fica transferida a discussão para a Sessão de amanhã, de acordo com o Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente aos Srs. Ministro da Agricultura, Presidente da Embrapa, bem como ao Sr. Fernando Rodrigues Tavares no escritório regional da Embrapa, em nossa Capital, visando a criação em Maringá de um escritório. – Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, agradecendo apelo no sentido de determinar a ligação em acesso asfáltico dos Municípios de Contenda e Quitandinha. – Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, de Sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando sejam encaminhadas expedientes a diversas autoridades federais, estaduais, no sentido de que vem da possibilidade da localização em Maringá, da base física para a implantação e desenvolvimento do Projeto Noroeste na Universidade Estadual de Maringá. – Em discussão

O SR. ANTONIO FACCI – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – Fica transferida a discussão para amanhã.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do Expediente de Sessão anterior, com a sua discussão adiada, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Secretário de

Viação e Obras Públicas, manifestando nosso profundo descontentamento pela incapacidade desse setor da administração estadual em resolver o grave problema das escolas de Maringá e região, atingidas pelo vendaval de novembro último. — Em discussão.

O SR. ANTONIO FACCI — Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para amanhã.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do Expediente, solicitando seja enviado em no-

me de Curitiba, São José dos Pinhais, Piraquara e Quatro Barras, o seu agradecimento pela determinação dada em atender os apelos visando a construção do chamado Contorno Sul de Curitiba. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, convocando outra para amanhã, com a

ORDEM DO DIA  
já anunciada ontem.

Levanta-se a Sessão.

## APRESENTAÇÃO

O presente estudo foi elaborado pela Equipe Técnica do Centro de Pesquisas Florestais do Setor de Ciências Agrárias da U.F.P. e tem por finalidade apresentar a necessidade de criação de "Distritos Florestais" no Estado do Paraná como solução para a manutenção da intensidade em que vinham sendo executados os reflorestamentos implantados com recursos oriundos de Incentivos Fiscais.

O conceito de "Distritos Florestais" apresentando no Programa Nacional de Papel e Celulose aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico em 4 de dezembro de 1974, virá a modificar a forma de aplicação dos recursos provenientes dos Incentivos Fiscais, na forma prevista pelo Decreto Lei 1.134 de 18 de novembro de 1970 e Decreto Lei 1376 de 12 de dezembro de 1974, em virtude da necessidade de obter-se no Brasil área reflorestada da ordem de 4,2 milhões de hectares, necessária para atendimento da meta de exportação de Papel e Celulose a longo prazo.

## INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Papel e Celulose aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico em 04/12/1974, visando preparar o País em médio prazo para alcançar produção interna de papéis suficientes para seu auto abastecimento e, em relação à celulose, para garantir o suprimento interno e gerar excedentes exportáveis ao nível de pelo menos 2.000.000 de toneladas em 1980 visa as seguintes metas:

### A — NO SETOR FLORESTAL

— Assegurar apoio de mecanismo de Incentivos Fiscais para reflorestamentos observados os requisitos de suficiência e adequação ao setor, realizando-se, para tanto, os devidos ajustamentos necessários ao atendimento das metas propostas;

— Determinar ao IBDF estudos de medidas para manter os cuidados desejáveis com as florestas, após o prazo de manutenção permitido pela legislação vigente;

— Criação de mecanismo nacional adequado para financiar investimentos em reflorestamentos, mediante créditos de longo prazo de carência e amortização;

— Estimular a integração Floresta-Indústria, em termos especiais e buscar a minimização dos custos de exportação, transporte e produção;

— Atribuir ao IBDF em articulação com o CDI o estudo de medidas para a criação de 12 (doze) "Distritos Florestais", até 1979, como parte do programa de 30, no mais longo prazo para permitir as metas de exportação de celulose, e mais o que for necessário para garantir a auto suficiência brasileira no setor de celulose e papéis;

— Estabelecer prazo de 120 (cento e vinte) dias para que o IBDF e o INCRA elaborem projetos padrão dos "Distritos Florestais", especialmente no que diz respeito a obtenção de terra e seu sistema de funcionamento, estrutura de coordenação e apoio, fontes de recursos para sua implantação, etc.

### B — NO SETOR INDUSTRIAL:

— Estimular a implantação de unidades de celulose e papel, inclusive a base de bagaço de cana, bambu, sisal e outras fibras;

— Estimular a pesquisa tecnológica e econômica destinada a buscar a maior utilização de celulose de fibras curtas especialmente para papéis de imprensa periódica;

— Estimular o desenvolvimento do setor de aproveitamento de aparas e papéis usados destinados à reciclagem;

— Coordenar medidas no âmbito das várias agências governamentais que estimulam os investimentos no setor de celulose, papel e pasta mecânica, garantindo aos

seus produtores níveis de preços que permitam adequada remuneração do capital e favoreçam a acumulação de poupanças ao nível das empresas e que possibilitem a concessão de financiamentos adequados ao setor;

— Estimular a compra de equipamentos no mercado interno e a colocação de serviços de engenharia em empresas nacionais;

— Estimular as operações de fusão, incorporação e outras formas de associação de empresas do setor.

O Governo Federal, visando disciplinar a aplicação de Incentivos Fiscais regionais e setoriais, aprovou o Decreto Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, através do qual foram instituídos o Fundo de Incentivos do Nordeste (FINOR) e o Fundo de Investimento da Amazonia (FINAM) e o Fundo de Investimento Setorial (FISET), sendo este último integrado pelas aplicações em turismo, pesca e reflorestamento. As aplicações a serem efetuadas no Estado do Paraná para o setor reflorestamento somente retornarão ao Paraná se forem satisfeitas as seguintes condições;

A - Deverá o I.B.D.F. definir prioridades analisar e aprovar projetos para aplicação de Incentivos Fiscais no Paraná (Artº 8º).

B - Deverá o Conselho de Desenvolvimento Econômico recomendar a aplicação de recursos no Paraná segundo orientação geral definida nos planos nacionais de desenvolvimento (Artº 10º).

O Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) já havia aprovado o Programa Nacional de Papel e Celulose na data em que foi decretada a criação do FISET, ficando portanto parcialmente comprometido os Incentivos Fiscais desse Fundo ao atendimento das metas do Programa de "Distritos Florestais".

O Decreto Lei 1.376 assegura aos empresários o direito de utilizarem os Incentivos Fiscais em reflorestamento na forma prevista pela Lei 5.106, de forma que a não existência de pelo menos dois "Distritos Florestais" no Paraná acarretará sensível redução na intensidade de implantação de reflorestamento constatada desde 1967, ficando o Estado do Paraná impossibilitado de atingir a área de 438.000 hectares reflorestados até 1976, conforme o estabelecido no programa Plurianual de Reflorestamento do Estado do Paraná.

Com a implantação de reflorestamento isolados e através de incentivos de particulares, como ocorre com as aplicações da Lei 5.106, não será possível atingir-se a intensidade de plantio de 82.000 hectares anuais. No período 1966/1973 foram reflorestados no Paraná apenas 238.000 hectares decorrentes de uma programação de 328.000 hectares, donde se conclui que o Paraná necessita reflorestar mais 200.000 hectares para atingir a Programação apresentada pela Secretaria de Agricultura ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, em 14 de abril de 1974.

O Estudo das Alternativas Técnicas Econômicas e Sociais do Setor Florestal do Paraná — sub programa matéria-prima, elaborada pelo Centro de Pesquisas Florestais do Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná em convênio com a SUDESUL - Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul, apresentada à Secretaria de Planejamento do Paraná em dezembro de 1974, recomendou a criação de pelo menos dois "Distritos Florestais" no Estado para que seja possível a obtenção a médio prazo de uma área de 1.500.000 hectares reflorestados no interior da chamada Grande Região Florestal (Fig I) e a localização destes "Distritos" na Região dos eixos florestais Palmas — Guarapuava e Sengés — Telêmaco Borba.

Considerando que o Programa Nacional de Papel e Celulose admite que o ritmo de 200.000 hectares de plantio anual é perfeitamente compatível com a capacidade de reflorestamento das empresas brasileiras, (pois já se efetivou no País um plantio de quase 300.000 hectares no ano de 1972, com a utilização de áreas esparsas), é que o mesmo programa estabelece que a seleção dos "Distritos Florestais" será efetuada pelo Governo Federal por iniciativa própria ou por sugestão dos Estados, Municípios ou empresários privados desde que sejam apresentados os Estudos de Pré-Viabilidade, sugere-se neste Estudo a apresentação pelo Governo do Estado os Estudos de Pré-Viabilidade da criação de 2 (dois) "Distritos Florestais" no Paraná e que as diretrizes desses estudos sejam as conclusões apresentadas no "Estudo das Alternativas Técnicas, Econômicas e Sociais do Setor Florestal do Paraná — sub Programa Matéria-Prima" elaborado pelo Centro de Pesquisas Florestais do Setor de Ciências Agrárias da U.F.P.

— Estimular a compra de equipamentos no mercado interno e a colocação de serviços de engenharia em empresas nacionais;

— Estimular as operações de fusão, incorporação e outras formas de associação de empresas do setor.



O Governo Federal, visando disciplinar a aplicação de Incentivos Fiscais regionais e setoriais, aprovou o Decreto Lei nº 2.376, em 12 de dezembro de 1974, através do qual foram instituídos o Fundo de Incentivo do Nordeste (FINOR) e o Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM) e o Fundo de Investimento Setorial (FISSET), sendo este último integrado pelas aplicações em turismo pesca reflorestamento. As aplicações a serem efetuadas no Estado do Paraná para o setor reflorestamento somente retornarão ao Paraná se forem satisfeitas as seguintes condições:

A - Deverá o I.B.D.F. definir prioridades, importante analisar e aprovar projetos para aplicação de Incentivos Fiscais no Paraná (Artigo 8º).

B - Deverá o Conselho de Desenvolvimento Econômico recomendar a aplicação de recursos no Paraná segundo orientação geral definida nos planos nacionais de desenvolvimento (Artigo 10º).

O Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) já havia aprovado o Programa Nacional de Papel e Celulose na data em que foi decretada a criação do FISSET, ficando portanto parcialmente comprometido os Incentivos Fiscais desse Fundo ao atendimento das metas do Programa de "Distritos Florestais".

O Decreto Lei 1.376 assegura aos empresários o direito de utilizarem os Incentivos Fiscais em reflorestamento na forma prevista pela Lei 5.106, de forma que a não existência de pelo menos dois "Distritos Florestais" no Paraná acarretará sensível redução na intensidade de implantação de reflorestamento constatada desde 1967. Ficará o Estado do Paraná impossibilitado de atingir a área de 438.000 hectares reflorestados - até 1976, conforme o estabelecido no programa Plurianual de Reflorestamento do Estado do Paraná.

Com a implantação de reflorestamento isolados e através de incentivos particulares, como ocorre com as aplicações da Lei 5.106, não será possível atingir-se a intensidade de plantio de 82.000 hectares anuais. No período 1966/1973 foram reflorestados no Paraná apenas 238.000 hectares decorrentes de uma programação de 328.000 hectares, donde se conclui que o Paraná necessita reflorestar mais 200.000 hectares para atingir a Programação apresentada pela Secretaria de Agricultura ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, em 14 de abril de 1974.

O Estudo das Alternativas Técnicas Econômicas e Sociais do Setor Florestal do Paraná - Sub programa matéria-prima, elaborada pelo Centro de Pesquisas Florestais do Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná em convênio com a SUDESUL - Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul, apresentada à Secretaria de Planejamento do Paraná em dezembro de 1974, recomendou a criação de pelo menos dois "Distritos Florestais" no Estado para que seja possível a obtenção a médio prazo de uma área de 1.500.000 hectares reflorestados no interior da chamada Grande Região Florestal e a localização destes "Distritos" na Região dos eixos florestais Palmas - Guarapuava e Sengés - Telmaco Borba.

Considerando que o Programa Nacional de Papel e Celulose admite que o ritmo de 200.000 hectares de plantio anual é perfeitamente compatível com a capacidade de reflorestamento das empresas brasileiras, (pois já se efetivou no País um plantio de quase 300.000 hectares no ano de 1972, com a utilização de área esparsas), é que o mesmo programa estabelece que a seleção dos "Distritos Florestais" será efetuada pelo Governo Federal por iniciativa própria ou por sugestão dos Estados, Municípios ou empresários privados desde que sejam apresentados os estudos de Pré-viabilidade, sugere-se neste Estudo a apresentação pelo Governo do Estado os Estudos de Pré-viabilidade da criação de 2 (dois) "Distritos Florestais" no Paraná e que as diretrizes desses estudos sejam as conclusões apresentadas no "Estudo das Alternativas Técnicas, Econômicas do Setor Florestal do Paraná - Sub Programa Matéria-Prima" elaborado pelo Centro de Pesquisas Florestais do Setor de Ciências Agrárias da U.F.P.

## II - CARACTERÍSTICAS DOS DISTRITOS FLORESTAIS

A viabilização de um programa de exportação de celulose em grande escala, dependerá basicamente de matéria prima florestal e de sua compatibilidade no Mercado Internacional em termos de preço e qualidade.

Considerando-se que o Brasil não possui suficientes reservas florestais homogêneas para abastecer o complexo industrial previsto no Programa Nacional de Papel e Celulose, torna-se necessária a formação de maciços florestais concentrados em terras próximas aos locais de industrialização, visando a minimização do custo de exportação e também que os plantios sejam tecnicamente executados para que se obtenha elevada produtividade por unidade de área.

A formação de maciços florestais de boa produção é perfeitamente possível em virtude da disponibilidade de terrenos inaproveitáveis, como também pelo rápido

desenvolvimento de algumas espécies exóticas no País, o que redundaria na possibilidade de se fazer a exploração precoce das árvores.

Considerando-se ainda que o ponto básico para alcançar esse objetivo se resume na dificuldade de aquisição de grandes áreas contínuas. O Programa Nacional de Papel e Celulose caracteriza os "Distritos Florestais" da seguinte forma:

#### Primeira Fase - Localização dos "Distritos Florestais".

Para o atendimento das metas de exportação propostas seriam necessárias a definição e a implantação de 30 (trinta) Distritos Florestais nos próximos anos, cobrindo uma área total da ordem de 4,2 milhões de hectares.

O IBDF em articulação com o CDI deverá apresentar o estudo de medidas para a criação de 12 (doze) "Distritos Florestais" até 1979, como parte do programa de 30 (trinta) no mais longo prazo, para permitir as metas de exportação de celulose, e mais o que for necessário para garantir a auto suficiência brasileira no setor de celulose e papel.

Os "Distritos Florestais" quanto a sua localização geográfica, se dividiram em dois grupos. O primeiro, com cerca de 20 (vinte) projetos, abrangeria principalmente, áreas dos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Região Sul da Bahia e Goiás, podendo ser considerado também a região sul do País.

O Segundo Grupo, com 10 (dez) projetos se localizaria no Norte e Nordeste do Brasil. Esses projetos seriam implantados após extensa pesquisa, não só no que se refere a seleção das espécies adaptáveis a Região, como também a respeito da melhor utilização da floresta existente.

A seleção dos "Distritos Florestais" seria feita pelo Governo Federal por iniciativa própria ou por sugestão dos Estados, Municípios ou empresários privados, desde que sejam apresentados estudos de pré-viabilidade do empreendimento.

Cada "Distrito Florestal" teria uma dimensão aproximada de 140.000 (cento e quarenta mil) hectares, visando a implantação progressiva de duas unidades de celulose de 1.000 toneladas/dia de capacidade. Procurar-se-ia ocupar áreas aptas ao reflorestamento, hoje não utilizadas, visando principalmente ao desenvolvimento de regiões mais pobres sendo possível a implantação de projetos múltiplos.

A área total a ser plantada dentro desse programa representa apenas 0,5% (cinco décimos por cento) da área do Território Nacional, fato que demonstra em termos de disponibilidade de terras e viabilidade do projeto.

#### Segunda Fase - Obtenção de Terras

Caberá ao Governo a tarefa de prover o terreno necessário de forma a induzir os investidores a implantar as florestas em áreas definidas e de aproveitamento industrial mais viável, evitando dessa forma a inconveniente dispersão dos recursos da área florestal, hoje verificada, além de possibilitar mais fácil fiscalização dos resultados (vide Capítulo IV).

A etapa de obtenção de terras é tão essencial ao êxito do projeto, que o governo deverá conceder nela todos os esforços utilizando meios objetivos e realistas, inclusive desapropriação.

#### Terceira Fase - Implantação das Florestas

Para ocupação das áreas aqui denominadas "Distritos Florestais", o Governo selecionaria as empresas interessadas em plantar e/ou industrializar madeiras, atendendo a pré-definições de projetos em termos de investimentos, espécies a serem plantadas, tipos e capacidade das indústrias, cronograma de implantação, etc.

A atração dos investimentos será complementada com o aporte de recursos, através de financiamento e Incentivos Fiscais (Vide Capítulo III).

Naturalmente, a co-participação entre florestas e indústrias seria desejável e estimulada, afim de integrar um empreendimento ao outro.

Os meios financeiros necessários ao plantio poderiam resultar da adaptação do sistema vigente de incentivos fiscais mais fortalecido com o realismo industrial, dos projetos e também fontes externas cujos recursos seriam atraídos não só sob a forma de financiamento bem como de capital de risco já que o programa visa a exportação do produto.

Os plantios previstos seriam executados em adição aos programas normais de reflorestamentos visando o abastecimento do Mercado Internacional de Celulose. Estes

plantios se concentrariam, basicamente, nas áreas de São Paulo e dos Estados do Sul do País.

Como meta delongio prazo o Governo Federal incorporou ao Programa Nacional de Papel e Celulose o Programa Especial de Exportação com a finalidade de aumentar o excedente exportável de celulose, de forma a atingir 20.000.000 de toneladas, em quantidades crescentes a partir de 1983, devendo para isso realizar investimentos globais de ordem de US\$ 17.000.000,00 em período superior a duas décadas.

O programa de apoio às Indústrias Madeireiras do Estado do Paraná, apresentado pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. (BADEP) ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e aprovado em junho de 1974, visando a obtenção de recursos, no montante de Cr\$ 500.000.000,00 pode ser considerado como uma terceira fonte de recursos para implantação dos "Distritos Florestais", uma vez que a disponibilidade de matéria-prima deste Estado resume-se praticamente, nos resíduos dos desbastes e corte final das florestas artificiais. Cumpre lembrar que a aprovação do "Distrito Florestal" encontra-se inteiramente condicionada a infra estrutura básica oferecida pelos Estados interessados em sua implantação.

Adiciona-se ao programa de reflorestamento previstos para os "Distritos Florestais" os reflorestamentos a serem executados com os Incentivos Fiscais previstos na Lei 5106, através da iniciativa privada, como objetivo de atingir-se a área mínima necessária para implantação dos Distritos (140.000 hectares). No Paraná foi prevista aplicação de recursos oriundos dos Incentivos Fiscais previstos na Lei 5.106 na ordem de Cr\$ 400.000.000,00 destinados ao reflorestamento de 256.000 hectares, até o fim do primeiro semestre de 1973.

O Banco do Estado do Paraná S.A.: apresenta condições de participar na implantação dos "Distritos Florestais" através da sua Reflorestadora que, desde o início de 1974 vem captando recursos para implantação de reflorestamentos.

Poderá ser utilizado para implantação dos "Distritos Florestais" a infra-estrutura da Usina Hidrelétrica de Foz do Areia, uma vez que o Programa Nacional de Papel e Celulose com capacidade de produção de 1.000 toneladas/dia em cada Distrito Florestal".

### III - FONTE DE RECURSOS E DISPONIBILIDADE DE INFRA-ESTRUTURA PARA IMPLANTAÇÃO DE DISTRITOS FLORESTAIS.

A principal fonte de recursos para implantação dos reflorestamentos nas áreas destinadas aos Distritos Florestais são os Incentivos Fiscais previstos no Decreto Lei 1.134 de 16 de novembro de 1970, orientados convenientemente e aplicados nos reflorestamentos na forma prevista no Decreto Lei 1.376, de 04 de dezembro de 1974.

Como segunda fonte de recursos encontram-se os Investimentos Globais da ordem de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte bilhões de cruzeiros) que o Governo Federal pretende destinar ao Setor de Papel e Celulose no período 1974 - 1980, considerando-se principalmente que esse montante venha a ser financiado em 40% (quarenta por cento) por agências governamentais, 30% (trinta por cento) por agências exteriores e o restante dependa do esforço próprio a ser realizado pelos empresários. Esses recursos segundo orientação do Programa Nacional de Papel e Celulose deverão ser assim distribuídos:

INVESTIMENTOS FIXOS (EX- CLUSIVE REFLORESTAMENTO)	MILHÕES US\$	MILHÕES Cr\$
Projetos em Implantação	1.641	11.700
Papeis	160	1.143
Celulose	1.480	10.550
Pasta mecânica	1	7
Necessidades Adicionais de Investimentos	1.117	7.970
Papeis	360	2.570
Celulose	720	5.730
Pasta mecânica	37	270
T O T A I S	2.758	19.670



## IV - LOCALIZAÇÃO DOS "DISTRITOS FLORESTAIS" NO PARANÁ

O Estudo das Alternativas Técnicas, Econômicas e Sociais do Setor Florestal do Paraná recomendou o estabelecimento de Grande Região Florestal no Estado do Paraná na qual localizar-se-iam dois eixos florestais, assim descritos:

Eixo Florestal Telêmaco Borba - Sengés, abrangendo as micro-regiões 6 e 7, ou sejam os Municípios de Sengés, Jaguariaíva, Arapoti, Piraí do Sul, Tibagi e Telêmaco Borba com possibilidade de implantação de reflorestamentos num total de 200.000 hectares.

MUNICÍPIO	ÁREA (km <sup>2</sup> )	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS REFLORESTAMENTOS(%)
Sengés	1.417,70	12,09
Jaguariaíva	1.915,41	16,33
Arapoti	1.380,09	11,77
Piraí do Sul	1.432,40	12,21
Tibagi	3.829,33	32,65
Telêmaco Borba	1.753,37	14,95
T O T A L	11.728,30	100,00

MUNICÍPIO	PLANTIO PROGRAMADO	PLANTIO A PROGRAMAR	TOTAL DO PLANTIO
Sengés	44.794,26	24.180,00	68.974,26
Jaguariaíva	20.866,84	32.660,00	53.526,84
Arapoti	3.841,85	23.450,00	27.381,85
Tibagi	20.266,69	65.300,00	85.566,69
Telêmaco Borba	19.596,74	29.900,00	49.496,74
T O T A L	112.887,70	200.000,00	312.887,70

Eixo florestal Palmas - Guarapuava, ocupando as micro-regiões 20, 23 e 24 e compreendendo os Municípios de Palmas, General Carneiro, Bituruna, Pinhão, Mangueirinha, Guarapuava, Inácio Martins, Pitanga e Laranjeiras do Sul, em condições de receber incentivos, para implantação de reflorestamentos num total de 500.000 hectares.

MUNICÍPIO	ÁREA	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL AOS REFLORESTAMENTOS
Palmas	2.356,22	8,94
General Carneiro	1.459,34	5,54
Bituruna	1.258,54	4,78
Pinhão	2.888,14	10,96
Mangueirinha	1.438,86	5,46
Guarapuava	8.073,93	30,63
Inácio Martins	1.033,51	3,92
Pitanga	4.551,46	17,27
Laranjeiras do Sul	3.296,49	12,50
T O T A L	26.356,49	100,00

MUNICÍPIO	PLANTIO PROGRAMADO (ha)	PLANTIO A PROGRAMAR (ha)	TOTAL PLANTIO (ha)
Palmas	2.494,21	44.700,00	47.194,21
General Carneiro	8.050,29	27.700,00	35.750,29
Bituruna	1.779,77	23.900,00	25.679,77
Pinhão	2.964,12	54.800,00	57.764,12
Mangueirinha	1.127,56	27.300,00	28.427,56
Guarapuava	21.014,10	153.150,00	174.164,10
Inácio Martins	2.184,00	19.600,00	21.784,00
Pitanga	4.276,00	86.350,00	90.626,00
Laranjeiras do Sul	1.921,90	62.500,00	64.421,90
T O T A L	45.811,95	500.000,00	545.811,95

A grande região florestal do Estado do Paraná deverá receber incentivos fiscais que totalizem 1.500.000 hectares sendo que nos eixos florestais deverão ser implantados 700.000 hectares e o restante deverá distribuir-se pelos outros Municípios - integrantes da região, donde se conclui que outros polos e eixos florestais poderão ser gerados no Estado do Paraná, porém sempre localizar-se-ão no interior da grande região florestal, exceto no caso do Projeto Nordeste recomendar florestamento em grande escala em sua região de influência com a finalidade de atender ao aspecto conservacionista e de proteção à erosão.

## PORTARIAS

### PORTARIA Nº 50/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1340/75, de 26 de fevereiro de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, os funcionários JOAQUINA LOURENÇO JOSÉ e ANTONIO CECCON, ambos funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 5 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

### PORTARIA Nº 49/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

#### RESOLVE:

lotar no Serviço de Assistência Judiciária os seguintes funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia: ALMIR SANTOS, JOAO MARIA DE JESUS CAMPOS ARAUJO, LUIZ ANTONIO CARON, LUIZ RUPPEL BITTENCOURT, LUCIANO LACERDA FILHO, JOSÉ DE ARIMATHEIA CLETO, MARIO HENRIQUE DA CRUZ e AIMORÉ OD ROCHA.

Gabinete da Diretoria Geral, em 3 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

### PORTARIA Nº 50/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1340/75, de 26 de fevereiro de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, os funcionários JOAQUINA LOURENÇO JOSÉ e ANTONIO CECCON, ambos funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia

Gabinete da Diretoria Geral, em 5 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

## DECRETOS LEGISLATIVOS

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 119/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista as conclusões contidas no processo protocolado sob o nº 1126/75, de 19 de fevereiro de 1975,

#### RESOLVE:

revogar o Decreto Legislativo nº 226/63, de 05 de fevereiro de 1963, para fim de tornar sem efeito a contagem de tempo pelo mesmo determinada em favor de EDOUARD ELIAS THOMÉ.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 5 de março de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 117/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1126/75, de 19 de fevereiro de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

dispensar a pedido, das funções de Assistentes de Plenário, os funcionários JOÃO ALBERTI ANDRETTA, MOACIR JORGE NARDI e ELOI MEZZADRI, todos funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 19 de fevereiro de 1975.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 5 de março de 1975.

- a) PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSALINDO FRUET - 2º Secretário

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 118/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1126/75, de 19 de fevereiro de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar, para exercer as funções de Assistentes de Plenário, os funcionários: JOÃO ALBERTI ANDRETTA, MOACIR JORGE NARDI e LUIZ CARLOS MOLINARI, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 19 de fevereiro de 1975.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 5 de março de 1975.

- a) PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSALINDO FRUET - 2º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 104/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 915/75, de 7 de fevereiro de 1975, deste Poder,

## R E S O L V E :

designar LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP e PLACIDO CORDEIRO DE PAULA, funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, da carreira de Assistente Técnico e de Oficial de Administração nível PL "23" respectivamente, para prestar assessoramento no Gabinete da Presidência, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 3 de março de 1975.

- a) PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário.
- a) MAURÍCIO ROSALINDO FLUET - 2º Secretário.

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 105/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 400/75, de 17 de janeiro de 1975, deste Poder,

## R E S O L V E :

conceder a OSMAR LUIZ DELAGASSA PASSOS, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, acréscimo trienal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Artº 4º, da Resolução nº 2/64, de 20 de fevereiro de 1964, por contar com mais de seis (06) anos de efetivo exercício nesta Casa, como Servidor, até 28 de abril de 1969, data em que foi revogada a Resolução nº 5/69 ressalvados os direitos até então adquiridos, a partir, porém, de 17 de janeiro de 1970, por força de prescrição quinenal estabelecida pelo Artº 178, § 10, inciso VII, do Código Civil Brasileiro.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 3 de março de 1975.

- a) PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSALINDO FLUET - 2º Secretário.

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 106/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 983/75, de 13 de fevereiro de 1975, deste Poder,

## R E S O L V E :

dispensar a pedido os funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa dos cargos abaixo especificados, no Departamento de Divulgação Legislativa e Relações Públicas, a partir de 13 de fevereiro de 1975:

CLARICE SZATKOWSKI.....Auxiliar de Gabinete  
LUIZ F. L. RIBAS.....Assessor Rel. Públicas

ALBERTO S. ASSEF.....Assessor Rel. Públicas  
SEVERO O. S. MAIOR.....Assessor Rel. Públicas  
GILBERTO B. FONTOURA.....Assessor Rel. Públicas  
JOSÉ O. G. REDONDO.....Chefe Div. Divulgação  
LUCY M. KEINERT.....Chefe. Div. Rel. Públicas  
ERNESTO G. CORDEIRO.....Motorista de Gabinete

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 3 de março de 1975.

- a) PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário.
- a) MAURÍCIO ROSALINDO FLUET - 2º Secretário.

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 107/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 983/75, de 13 de fevereiro de 1975, deste Poder,

## R E S O L V E :

designar os funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para os cargos abaixo especificados, no Gabinete do Departamento de Divulgação Legislativa e Relações Públicas, percebendo as vantagens inerentes, a partir de 13 de fevereiro de 1975.

## AUXILIAR DE GABINETE

SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR

CHEFE DA DIVISÃO DE DIVULGAÇÃO LEGISLATIVA

JOSÉ OSWALDO GARCIA REDONDO

CHEFE DA DIVISÃO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

LUCY DE MELLO REINERT

ASSESSORES DE RELAÇÕES PÚBLICAS

GILBERTO BITTENCOURT FONTOURA

CLARICE SZATKOWSKI

CENIRA SILVEIRA DA COSTA

MOTORISTA

ERNESTO GOMES CORDEIRO

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 3 de março de 1975

- a) PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSALINDO FLUET - 2º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 108/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 983/75, de 13 de fevereiro de 1975, deste Poder,

## R E S O L V E :

designar IONE MARIA DA CONCEIÇÃO XAVIER, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para o cargo de Assessora de Relações Públicas, percebendo as vantagens inerentes, a partir de 20 de fevereiro de 1975.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 3 de março de 1975.

- a) PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSALINDO FLUET - 2º Secretário



DECRETO LEGISLATIVO Nº 109/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 49/75, de 6 de janeiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

determinar a permanência de PERCY TAMPLIN, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, à disposição da Bancada, Federal da "ARENA", da Câmara dos Deputados, até 31 de dezembro de 1975.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 3 de março de 1975.

a) PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente

a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário

a) MAURÍCIO ROSALINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 110/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Alterar o Orçamento Analítico desta Assembléia Legislativa, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 01/75, para o exercício financeiro de 1975.

3.0.0.0	DESPESAS CORRENTE	54.033.800
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO	43.000.000
3.1.1.0	PESSOAL	35.500.000
3.1.1.1	PESSOAL CIVIL	35.500.000
3.1.1.1.01	VENCIMENTOS E VANT. FIXAS	22.200.000
01	- Subsídios	2.500.000
02	- Vencimentos dos cargos de provimento efetivo	10.720.000
03	- Vencimentos dos cargos de provimento em comissão	340.000
05	- Função gratificada	850.000
07	- Gratificação de representação - de gabinete	1.501.000
08	- Gratificação pelo exercício em regime de tempo integral e dedicação exclusiva	1.000.000
09	- Gratificação adicional por tempo de serviço	2.000.000
14	- Gratificação pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde	180.000
15	- Auxílio para diferenciação de caixa	23.000
16	- Substituições	100.000
19	- Gratificação de produtividade	2.280.000
20	- Salário do pessoal temporário	156.000

22	- Outras vantagens	550.000
3.1.1.1.02	DESPESAS VARIÁVEIS	13.300.000
01	- Subsídios variáveis dos deputados	4.400.000
02	- Gratificação pela prestação de serviços extraordinários	5.160.000
03	- Gratificação pela elaboração ou execução de trabalho técnico ou científico	500.000
05	- Diárias	350.000
06	- Ajuda de Custo - Deputados	2.700.000
	Funcion.	100.000
08	- Outras vantagens do pessoal temporário	90.000
3.1.2.0	MATERIAL DE CONSUMO	1.200.000
02	- Artigos de expediente, desenho, ensino e educação	120.000
03	- Material de limpeza, conservação e desinfecção	19.000
04	- Combustíveis e lubrificantes	170.000
05	- Materiais utilizados em oficina, acessórios e peças de máquinas, de viaturas, de aparelhos e de instalações.	120.000
08	- Generos de alimentação e de dieta em geral	40.000
10	- Matérias primas e materiais para serviços diversos	13.000
11	- Produtos Químicos, farmacêuticos e odontológicos: artigos cirúrgicos e outros de uso nos laboratórios	25.000
13	- Vestuários, fardamentos, tecidos em geral; roupa de cama, mesa e banho; material de dormitório, de copa e cozinha; pequenos objetos de toilette e uso pessoal	20.000
16	- Placas, letreiros e similares	8.000
17	- Material elétrico e de iluminação, de ra	

	dio e eletrônica	17.000		22 - Outros encargos	5.000
19 -	Outros materiais de consumo	9.000	3.1.5.0	RESERVA TÉCNICA	
	RESERVA TÉCNICA			DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	300.000
3.1.3.3.	SERVIÇOS DE TERCEIROS			01 - Despesas de exercícios anteriores	100.000
32 -	Passagens, transporte de pessoas e de suas bagagens	2.800.000	3.2.0.0	RESERVA TÉCNICA	
03 -	Assinaturas de órgãos oficiais, jornais, revistas, publicações periódicas e recortes	5.000	3.2.1.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.033.800
04 -	Iluminação e força motriz	50.000	3.2.1.5	SUBVENÇÕES SOCIAIS	5.500.000
05 -	Serviços de água e esgotos	5.000		INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.107.000
06 -	Serviços de asseio e higiene	37.000		01 - Instituições Educacionais e culturais	133.000
07 -	Reparos, adaptações, substituições, recuperações e conservação de bens móveis e imóveis	50.000	3.2.1.6	02 - Instituições de assistência social	127.000
08 -	Divulgação de atos oficiais, serviços de impressão e de encadernação	30.000		03 - Instituições de saúde pública	127.000
10 -	Serviços telefônicos, telegráficos, radiográficos, postais e assinaturas de caixas postais	150.000		04 - Instituições diversas	720.000
11 -	Aluguel e arrendamento de imóveis, foro e despesas de condomínio.	60.000		OUTRAS INSTITUIÇÕES	4.393.000
12 -	Seguros em geral	20.000	3.2.3.0	01 - Assistência Social	4.074.000
13 -	Serviços de alimentação	60.000	3.2.3.1	03 - Serviços Funerários	3.000
16 -	Locações diversas	50.000	3.2.3.2	05 - Bolsas de Estudo	216.000
17 -	Outros serviços contratuais	23.000	3.2.3.3	RESERVA TÉCNICA	
21 -	Publicações e propaganda	200.000	3.2.5.0	TRANSFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA E PROVIDÊNCIA SOCIAL	5.040.000
	RESERVA TÉCNICA		3.2.5.1	Inativos	3.300.000
3.1.4.0	ENCARGOS DIVERSOS	1.600.000	3.2.5.2	Pensionistas	1.300.000
01 -	Despesas de pronto pagamento	70.000	3.2.5.4	Salário Família	440.000
02 -	Prêmios, diplomas, condecorações e medalhas	10.000		CONTRIBUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	493.800
03 -	Representações, festividades, recepções, hospedagens e homenagens	1.250.000		Contribuições do estado ao IPE	400.000
07 -	Seleção, aperfeiçoamento e especialização do pessoal	10.000		Contribuições do estado ao INPS	43.800
21 -	Impostos e taxas	5.000		Fundo de garantia de tempo de serviço	50.000
			4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL	10.500.000
			4.1.0.0	INVESTIMENTOS	3.500.000
			4.1.3.0	EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES	1.500.000
				01 - Máquinas, motores e aparelhos	600.000
				04 - Automóveis, autocaminhões e outros veículos de tração mecânica	200.000
				07 - Diversos equipamentos e instalações	200.000
				RESERVA TÉCNICA	
			4.1.4.0	MATERIAL PERMANENTE	2.000.000
				02 - Material bibliográfico em geral; filmotêcas discotêcas	50.000
				03 - Ferramentas e	

	utensílios agrícolas e de oficina	50.000
04 -	Materiais e acessórios para instalações em geral	50.000
06 -	Material artístico, instrumentos de música, insígnias e bandeiras	20.000
07 -	Utensílios de copa, cozinha, dormitório e enfermaria	50.000
08 -	Viaturas de pequeno porte	35.000
09 -	Móveis e utensílios de escritório, biblioteca, ensino, engenharia, laboratório e gabinete técnico ou científico	500.000
10 -	Objetos históricos, litúrgicos e obras de arte, espécimes e outras peças destinadas a coleção de qualquer natureza	100.000
12 -	Outros materiais permanentes	145.000
4.2.0.0	INVERSÕES FINANCEIRAS	1.000.000
4.2.1.0	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	1.000.000
02 -	Aquisição de imóveis	1.000.000
4.3.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.000.000
4.3.3.0	AUXÍLIO PARA OBRAS PÚBLICAS	6.000.000
4.3.3.2	Entidades Estaduais - DEDE	4.000.000

RESERVA TÉCNICA

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 4 de março de 1975

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente  
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário  
a) MAURÍCIO ROSALINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 111/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

Artº 1º - Desdobrar o Orçamento Analítico da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para o exercício de 1975, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 110/75, de 4 de março de 1975, nos seguintes subelementos, dotando-os como abaixo se discrimina:

SERVIÇOS DE TERCEIROS - 3.1.3.0

02 -	Passagens, Transportes de Pessoas e de suas Bagagens	2.800.000
a -	Presidência	38.000
b -	Primeira Secretária	38.000
c -	Segunda Secretária	33.000
d -	Primeira Vice-Presidentência	19.000
e -	Segunda Vice-Presidentência	14.000
f -	Terceira Secretária	14.000
g -	Quarta Secretária	14.000
h -	Liderança da ARENA	14.000
i -	Liderança do MDB	14.000
j -	Liderança do Governo	14.000
l -	Administração da Assembléia Legislativa	24.000
m -	Administração - Deputados	2.564.000
13 -	Serviços de Alimentação	60.000
a -	Presidência	14.000
b -	Primeira Secretária	14.000
c -	Segunda Secretária	11.700
m -	Administração da Assembléia Legislativa	21.000
21 -	Publicação e Propaganda	200.000
a -	Presidência	50.000
b -	Primeira Secretária	50.000
c -	Segunda Secretária	40.000
m -	Administração da Assembléia Legislativa	60.000

ENCARGOS DIVERSOS - 3.1.4.0

03 -	Representações, Festividades, recepções, Hospedagens e Homagens	1.250.000
a -	Presidência	85.000
b -	Primeira Secretária	85.000
c -	Segunda Secretária	70.000
d -	Primeira Vice-Presidentência	20.000
e -	Segunda Vice-Presidentência	15.000
f -	Terceira Secretária	15.000
g -	Quarta Secretária	15.000
h -	Liderança da ARENA	15.000
i -	Liderança do MDB	15.000
j -	Liderança do Governo	15.000
l -	Administração - Deputados	801.250
m -	Administração da Assembléia Legislativa	98.750

SUBVENÇÕES SOCIAIS - 3.2.1.0

5.1 -	Instituições Educativas e Culturais	133.000
a -	Presidência	41.500
b -	Primeira Secretária	41.500
c -	Segunda Secretária	37.000
m -	Administração da Assembléia Legislativa	13.000
5.2 -	Instituições de Assistência Social	127.000
a -	Presidência	40.000
b -	Primeira Secretária	40.000
c -	Segunda Secretária	36.000
m -	Administração da Assembléia Legislativa	11.000
5.3 -	Instituições de Saúde Pública	127.000
a -	Presidência	40.000
b -	Primeira Secretária	40.000
c -	Segunda Secretária	36.000
m -	Administração da Assembléia Legislativa	11.000
6.1 -	Assistência Social	4.074.000
a -	Presidência	44.000
b -	Primeira Secretária	44.000
c -	Segunda Secretária	37.000
d -	Primeira Vice-Presidentência	15.000



e - Segunda Vice-Presidência	12.000
f - Terceira Secretaria	12.000
g - Quarta Secretaria	12.000
h - Liderança da ARENA	12.000
i - Liderança do MDB	12.000
j - Liderança do Governo	12.000
k - Administração - Deputados	3.846.000
l - Administração da Assembleia Legislativa	16.000
6.º - Bolsas de Estudos	216.000
7.º - Administração - Deputados	216.000

Artº 2º - Caberá aos Titulares dos Gabinetes, dotados neste Decreto, determinar os pagamentos, diretamente ao Departamento de Finanças ficando, contudo, responsáveis pelos mesmos.

Artº 3º - Aos atuais Deputados, no presente exercício, é assegurado o direito de requerer ao Primeiro Secretário, até os montantes abaixo discriminados e nos seguintes subelementos:

a) - 3.1.4.0.03 - Representações, Festividades, Recepções, Hospedagens e Homenagens	13.750
b) - Assistência Social	66.000
c) - Bolsas de Estudos	4.000

§ 1º - Fixa, cada Deputado, responsável pelas despesas requeridas por conta dos montantes assegurados neste artigo.

§ 2º - Os saldos dos créditos autorizados pela Ordem Interna de Serviço nº 01/75 da Primeira Secretaria terão as seguintes destinações:

I - Para os atuais deputados, continuarão a sua disposição;

II - Para aqueles que não compõem a atual legislatura, reverterá a crédito da Administração da Assembleia Legislativa (M).

§ 3º - Os saldos da verba de Assistência Social creditados pela Ordem Interna de Serviço nº 01/75 da Primeira Secretaria, obedecerão as normas deste Decreto, em seu § 3º do artigo 6º.

Artº 4º - Os empenhos nas dotações previstas neste Decreto serão globais, por determinação do Primeiro Secretário, creditando-se a cada Gabinete ou Administração, sendo que os créditos aos Deputados serão destacados da dotação da Administração - Deputados - (M).

§ 1º - Só serão devidamente registrados os processos que estiverem em condição de se encontrarem no Departamento de Finanças até o dia 18 de dezembro de 1975.

§ 2º - Os saldos verificados no final do exercício, ressalvadas as excessões contidas neste Decreto, serão estornados, por determinação do Primeiro Secretário, revertendo à dotação original.

Artº 5º - As despesas determinadas pela Ordem Interna de Serviço nº 01/75 da Primeira Secretaria, no que se refere aos Gabinetes, serão debitadas na dotação da Administração da Assembleia Legislativa (M), prevista neste Decreto.

Parágrafo Único - Os saldos dos empenhos autorizados pela O.I.S. citada neste artigo, comporão os créditos da Administração da Assembleia Legislativa (M).

Artº 6º - Para efeitos de padronização e interpretação, as rubricas desdobradas analiticamente neste Decreto, atenderão, res-

pectivamente, as seguintes despesas:

I - 3.1.3.0.02 - Passagens, Transportes de Pessoas e de suas Bagagens: transportes de pessoas e de suas bagagens, bem como, as despesas de combustíveis e lubrificantes com os carros oficiais quando em viagem ao interior, conforme consta em Ordem Interna de Serviço da Comissão Executiva de 14 de março de 1973.

II - 3.1.3.0.13 - Serviços de Alimentação - fornecimento de alimentos e refeições avulsas a funcionários e visitantes;

III - 3.1.3.0.21 - Publicação e Propaganda: decorrentes de publicação, propaganda junto a jornais, revistas, etc.;

IV - 3.1.4.0.03 - Representações, Festividades, Recepções, Hospedagens e Homenagens: representações, festividades, hospedagens e homenagens oferecidas pela Assembleia Legislativa e Deputados a visitantes, bem como, despesas com presentes em função representativa dos Deputados;

V - 3.2.1.5.1 - Instituições Educacionais e Culturais: com auxílio ou contribuição a instituições que colaborem com o desenvolvimento da educação ou cultura do povo;

VI - 3.2.1.5.2 - Instituições de Assistência Social: com auxílio ou contribuição a instituições de caráter filantrópico - que visem e objetivem a assistência social;

VII - 3.2.1.5.3 - Instituições de Saúde Pública: com auxílio ou contribuição a instituições que colaborem direta ou indiretamente para melhorarem as condições de saúde e higiene do povo;

VIII - 3.2.1.5.4 - Assistência Social: com a concessão de auxílios materiais às Pessoas pobres, pagamento de instrução a operários, a filhos de operários: assistência farmacêutica, odontológica, médica a indigentes; fornecimento de transportes a necessitados e desajustados, bem como, as previstas na Resolução nº 19/69;

IX - 3.2.1.5.5 - Bolsas de Estudos: para concessão de bolsas de estudo, conforme regulamentação deste Decreto.

Artº 7º - Os créditos dos Deputados para atender a Assistência Social e Bolsa de Estudo serão controlados por Tesouraria Auxiliar credenciada.

Artº 8º - Os empenhos relativos a Assistência Social, assegurada aos Deputados, obedecerão a legislação de adiantamentos, englobando-se, para este efeito, as liberações parceladas do exercício.

§ 1º - O Tesoureiro Auxiliar credenciado terá a incumbência, atendendo a determinação dos Deputados e após autorização do Primeiro Secretário, de processar os auxílios, em acordo com a Resolução nº 19/69.

§ 2º - A Tesouraria Auxiliar credenciada poderá manter em caixa numerário para pagamento de donativos pessoais, segundo a Resolução nº 19/69, os quais não poderão ser superiores a Cr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros), por processo.

§ 3º - Após o encerramento do exercício, montar-se-ão processos de prestação de contas individuais de cada Deputado, enviando-os